



SEMANÁRIO — de 23 a 29 de Maio, 1974 — IV série n.º 2250
PREÇO: MADEIRA 4\$00 — CONTINENTE e AÇORES 5\$00
director e proprietário: João Carlos da Veiga Pestana □
red. e adm.: rua do Carmo, 23-2.º — Funchal - Madeira — Telf. 2 88 33
composição e impressão: Tipografia Minerva, rua dos Netos, 20



comércio do funchal



o jogo do poder

suave milagre

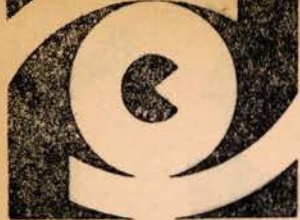
operários em greve

«dizer não às tácticas do patrão»

ocupação de casas:

«morrer ou vencer...»

a questão da paz



AS NOVAS CENSURAS

«Rapidamente se instituem novas censuras, que desta vez se exercem sobre todos os que estão à esquerda do novo Poder que se instalou.

«Os jornais, a rádio, a televisão seleccionam a expressão das tendências conforme a simpatia dos novos responsáveis, impedindo mesmo esclarecimentos. De uma maneira geral, os meios de informação estão muito em uníssono com o novo Poder (como anteriormente estavam com o velho Poder, na sua maioria), e as vozes discordantes não se fazem ouvir».

(Declarações de Isabel do Carmo, militante das Comissões de Base Socialistas à CAPITAL).

QUEM CONTROLA A TV E A RÁDIO?

Explicando como numa sociedade capitalista como a nossa e num Estado burguês como é o nosso — neste caso liderado pelo governo provisório — as liberdades fundamentais outorgadas pelo movimento das Forças Armadas não são as liberdades

LIBERDADE... — PARA QUEM?

Como se poderia esperar, depois da queda do fascismo os meios reformistas procuraram apoderar-se do controle de informação impedindo que as correntes de extrema-esquerda ou à esquerda das formações políticas representadas no governo provisório expressassem livremente as suas posições.

Com efeito, ainda recentemente foi afastado da Emissora Nacional o jornalista Ança Regala. De acordo com uma pequena notícia inserta no «Diário de Lisboa», João Paulo Guerra (da redacção do «Notícias da Amadora») e Jaime Gama, chefes do serviço de noticiários da estação emissora oficial consideraram Ança Regala como responsável pela difusão de uma notícia em que o conflito entre a administração de «O Século» e o pessoal trabalhador era apre-



sentado de modo incorrecto.

Entretanto, pretendendo justificar tão arbitraria medida, aquelas conhecidas figuras da «Opção Democrática» ligadas à CDE e ao P.S., respectivamente, consideraram que é necessário usar em relação à extrema-esquerda dos mesmos meios utilizados com a extrema-direita de modo a impedir que aquelas correntes manifestem livremente as suas posições.

Não nos admiramos nada que isso se tenha verificado. Mas já agora, para que tudo se torne mais coerente, porque não se institucionaliza a censura em relação às correntes que se encontram à esquerda do novo poder?

papel, as máquinas? Se só os capitalistas e o seu estado têm os meios de comunicação, natural é que mascarem a informação e lhes dêem um conteúdo ideológico da sua classe.

Quem ler os jornais, ouvir a rádio e ver a televisão nestes últimos dias (a censura acabou) não terão dificuldade de encontrar exemplos de silêncio, de deturpação, da manobra política com que a imprensa burguesa tem apresentado os acontecimentos».

A GRANDE PROVA DE VERDADE

Palavras (ainda) de Isabel do Carmo:

«Pelo problema colonial passa a grande prova de verdade do novo Poder. Até aqui, as declarações feitas são de permanência do Exército colonial português e os embarques vão continuando todos os dias. A P.I.D.E. vai manter-se nas colónias, com outro nome; mesmo os partidos reformistas fazem cedências, quase diárias, em relação ao problema colonial.

A participação num governo provisório que mantenha a guerra é uma traição aos interesses do povo português, que não a quer fazer, e aos interesses dos povos das colónias para quem só é justo a independência imediata e incondicional. Neste momento, continua a ser justa a aliança das organizações revolucionárias do povo português com o M.P.L.A., a FRELIMO e o P.A.I.G.C. que se batem pela independência dos seus povos».

OS QUE SE RECUSAM A REGRESSAR

Enquanto o Movimento das Forças Armadas, vivamente interessado no regresso dos 200 mil desertores e refractários, proclama que os mesmos não incorrerão na aplicação de penas desde que (re)ingressarem nas fileiras do exército colonial 15 dias após a sua entrada em Portugal, alguns grupos de refugiados (desertores e refractários) anti-colonialistas no estrangeiro tomaram já posição firme e coerente relativamente ao problema colonial.

Assim, em Paris, desertores e refractários anti-colonialistas do exército português decidiram constituir-se em Comité Anti-Colonialista e difundir um manifesto.

Nesse documento depois de referirem que o seu acto «de deserção ou insubmissão teve e tem um conteúdo profundamente anti-colonialista: de recusa a colaborar na opressão e na guerra contra os povos das colónias portuguesas e de tomada de partido em favor da sua luta de libertação nacional» e de que o mesmo «não depende da forma de governo em Portugal mas da posição e política deste face ao princípio do direito dos povos das colónias à imediata e total independência», os refugiados anti-colonialistas manifestam a sua solidariedade com os movimentos de libertação: «Apoiamos incondicionalmente a posição dos nacionalistas africanos ao afirmarem: «Pegámos em armas, não para sermos portugueses livres, mas sim africanos livres».

Considerando depois que «o novo poder estabelecido em Portugal não aceitou e muito menos pôs em aplicação o princípio do direito à independência imediata e total dos povos das colónias» e «pelo contrário, propõe uma solução neo-colonial e para a sua realização mantém e admite mesmo a intensificação da guerra», os signatários do manifesto declaram: «nós optamos pelo não regresso como atitude firme da nossa posição anti-colonialista» propondo que «os militantes anti-colonialistas, desertores, refractários e outros» reforcem a sua opção do modo seguinte:

1. «Mantendo a sua recusa a colaborar, sob qualquer forma, na opressão e na guerra coloniais;

2. «Realizando uma vigorosa campanha de agitação da questão colonial e de mobilização em favor do movimento de Libertação nacional dos povos das colónias portuguesas, quer junto das massas emigradas, quer junto dos povos dos países onde se encontrem».

Reivindicam ainda o fim da guerra colonial na base do «reconhecimento e aplicação imediata e total do princípio do direito à independência dos povos das colónias portuguesas», «a cessação imediata de todo o apoio, directo ou indirecto, à política colonial portuguesa, quer sob a forma militar, quer sob a forma política, diplomática ou económica» e apelam «para todos os partidários da libertação nacional e anti-colonialista a fim de que façam suas estas reivindicações e abram um vigoroso combate por elas».

Por sua vez, em declaração

distribuída, um grupo de refugiados na Holanda tomou posição semelhante.

Depois de afirmarem que «a guerra colonial assassina levada a cabo pelo exército colonialista português, é uma guerra injusta, pois que ela é feita na defesa dos interesses dos capitalistas portugueses e do imperialismo, contra a justa luta de libertação dos povos da Guiné e Cabo Verde, Moçambique e Angola», o grupo de refugiados considera que «apesar da feroz repressão, da qual são exemplo numerosos massacres, exercida pela burguesia colonialista e da colaboração dada pelos seus amigos revisionistas e reformistas, o povo trabalhador português, tem mostrado ao longo destes anos, que esta guerra que o opõe aos seus irmãos trabalhadores Africanos, não é a sua».

Finalmente, depois de afirmarem que «as medidas tomadas pela Junta em relação aos refugiados são insuficientes pois que a causa da deserção ainda não foi solucionada: A GUERRA COLONIAL», o grupo de refugiados declara que «a verdadeira amnistia para os desertores e refractários portugueses só poderá ter significado, quando do cessar-fogo e do regresso imediato e incondicional de todas as forças armadas portuguesas em África».

O «SOCIALISMO» DOS DIRECTÓRIOS

«É aos directórios, ou comissões centrais dos partidos políticos como órgãos de cúpula, que competirá estabelecer os rumos e definir as normas e as táticas que conduzam à unidade, à acção conjunta, em especial no que respeita à vigilância, à defesa e à salvaguarda das instituições com que o povo se mostre immanado».

Foi com estas palavras exemplarmente esclarecedoras que o Dr. António de Macedo, presidente do Partido Socialista Português terminou o seu discurso proferido num comício daquele partido realizado na cidade do Porto no passado sábado. Estamos entendidos: «democracia» e «socialismo» dos directórios e comissões centrais, das cúpulas dirigentes. «Democracia» imposta de cima para baixo, «democracia» ao mais alto nível. Os snrs. doutores decidem e mandam — às bases, resta a «iniciativa» de dizer amen.

O CASO PERALTA

A detenção do capitão cubano Pedro Peralta preso na República da Guiné-Bissau em 1969 onde tinha por missão a orientação

dos guerrilheiros do PAIGC, continua a constituir tema de debate.

Condenado pelos tribunais militares como delincente político o capitão cubano foi nessa qualidade abrangido pela amnistia decretada pela Junta de Salvação Nacional. Inclusive a 3 de Maio um despacho de juizes militares concretizou a amnistia numa ordem de soltura. Entretanto Peralta continua internado sob prisão no Hospital Militar. A detenção é, portanto, ilegal.

Até à data, o governo provisório não explicou as razões por que não foi cumprida a ordem judicial de libertação do militante anticolonialista cubano, emitida há já duas semanas.

Na quarta-feira, 15 do corrente aproveitando a realização de um comício anti-colonial — boicotado por parte dos meios reformistas, convocando assembleias de escola em Letras, Direito e no Técnico — organizado pelo M.R.P.P. elementos deste movimento analisaram o caso da detenção do capitão Peralta «não pelo caso pessoal em si, mas pelo que ele tem de exemplar».

No decorrer do comício e referindo-se ao caso, um dos oradores disse: «Peralta é um preso político e, como tal, está incluído na amnistia que já foi concedida a esses detidos. Não está cá fora porque a sua liberdade está relacionada com a de inúmeros

prisioneiros de guerra que continuam às ordens da D.G.S. que, com outro nome, continua a funcionar nas colónias».

Prosseguindo afirmou: «São José Lopes (director da D.G.S. em Angola) estava em Portugal na altura do golpe de Estado. Ora esse senhor é um dos responsáveis principais pela D.G.S. nas colónias e foi-lhe permitido o regresso, continuando a ocupar lugares de destaque. O problema foi levantado e São José Lopes fugiu então para a África do Sul, o que deixa prever que a sua escapada foi facilitada. Como se conclui, a P.I.D.E. continua nas colónias, precisamente a actuar sobre os que lutam pela libertação dos seus povos».

Outro orador considerou que «Peralta ainda não foi libertado porque o seu advogado, Manuel João da Palma Carlos, prefere continuar em negociações com a Junta em vez de interpor o «habeas corpus» que concederia liberdade imediata ao seu constituinte. Lutemos nós, pois, pela sua libertação».

Pondo em prática o «Lutemos nós pela sua libertação» foi então organizada uma manifestação até ao Hospital Militar da Estrela, tendo como intenção a devolução da liberdade a Peralta. Na manifestação tomaram

Declaração sobre a situação política em Portugal

O CIP — Circulo de Iniciativa Política, que reúne um grupo de portugueses radicados em França, acaba de divulgar a seguinte declaração sobre a situação política em Portugal:

A Junta militar que acaba de tomar o poder em Portugal parece querer instaurar as liberdades fundamentais e encontrar uma solução política para a questão colonial.

Ela exprime em grande medida os interesses e as perspectivas duma nova burguesia portuguesa e a incapacidade do anterior regime de responder às contradições surgidas no seio da sociedade portuguesa e do capitalismo internacional, e à situação criada pela irreversibilidade do movimento de libertação nacional.

Após quase meio-século de regime corporativo e a sua rigidez face às aspirações sociais e políticas entretanto surgidas no próprio seio da sociedade portuguesa, é normal e justo o enorme entusiasmo de todas as camadas e classes sociais perante os novos detentores do poder e suas propostas políticas.

Porém, é nossa opinião, que queremos inequivocamente frisar:

A classe operária e todos os que se propõem a revolução social, ou seja, o fim da sociedade capitalista e o poder do proletariado.

1 — Devem salvaguardar a sua autonomia política, precisar as limitações de classe da Junta e propor e bater-se para que o processo de transformação política avance;

2 — Lutar pela concessão da independência imediata e incondicional aos povos das colónias portuguesas;

3 — Exigir a libertação e a amnistia para todos, sem excepção, os prisioneiros, inculcados, perseguidos e exilados políticos, assim como para todos os refractários e desertores do exército português;

4 — Impor o direito de greve e de livre associação sindical e política sem qualquer excepção.

Apelamos para todos os partidários da libertação nacional, de todos os países, no sentido de se baterem vigorosamente pela cessação imediata e total de qualquer apoio, directo ou indirecto, de ordem militar, diplomática, política ou económica, à continuação da dominação colonial portuguesa.

Reprovamos, aliás sem surpresa, o oportunismo e a demagogia dos partidos da oposição democrática tradicional, incluindo o PSP e também o PCP, face à nova situação política em Portugal.

Urge lutar pelo fim imediato da guerra colonial, na base da concessão da independência aos povos das colónias, através de manifestações e da recusa dos soldados a partir para a guerra.

Urge que a classe operária se organize autonomamente.

A revolução social deve continuar a ser o objectivo prioritário de todo o comunista.

CADERNOS-CIRCULO DE INICIATIVA POLITICA

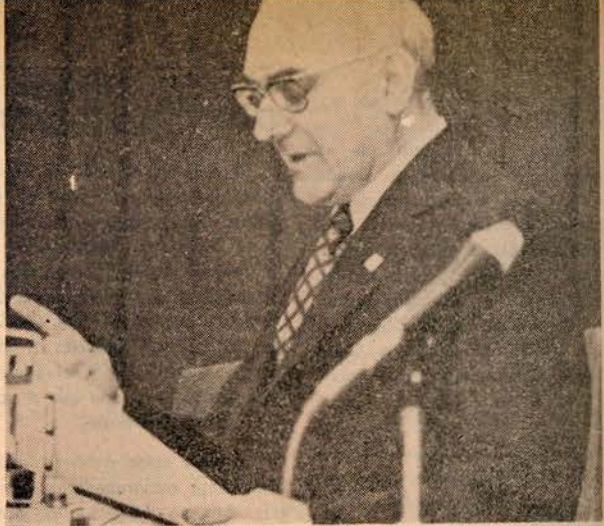
« Sem prejuízo das eventuais responsabilidades... »

«Esta medida foi tomada sem prejuízo das eventuais responsabilidades que caibam ao almirante Américo Tomás e ao professor doutor Marcelo Caetano e do congelamento dos seus bens, se a ele houver de proceder-se»: nestes precisos termos, se completava um comunicado do Ministério da Comunicação Social (de que é titular o dr. Raúl Rego, antigo director de «República») sobre a partida para o Brasil, autorizada pela Junta de Salvação Nacional, das duas figuras cimeiras do fascismo. Depois dos primeiros momentos de hesitação e surpresa — surpresa que apanhou desprevenido o país inteiro, o que é revelador da natureza altamente secreta da decisão da Junta — as reacções desfavoráveis começaram a vir a público. Facto significativo: tanto Mário Soares como Álvaro Cunhal furtaram-se a comentar o facto. Sacudindo a água do capote, deixaram a resposta para os respectivos partidos. O ministro dos Negócios Estrangeiros, mais prolixo que o seu colega de gabinete, adiantou (como para não deixar dúvidas sobre os compromissos que envolvem a sua participação no governo provisório): «É uma decisão da Junta de Salvação Nacional, anterior à existência do Governo Provisório e cuja execução foi feita «a posteriori» por, entretanto, terem surgido dificuldades técnicas. Sendo assim, não tenho que me pronunciar sobre ela».

Moral da história: o silêncio é de ouro, para os felizes ministros. Mas há silêncios que falam mais do que as palavras...

Mandados em paz...

Enquanto os esbirros da PIDE aguardam por julgamento em Caxias, os chefes são mandados em paz para o Brasil: as suas responsabilidades como líderes do fascismo seriam ape-



nas «eventuais» e o congelamento dos seus bens é deixado ao sabor da indeterminação. Não estaremos perante um novo caso de Nuremberga à escala portuguesa? O castigo dos polícias e carrascos que sujaram as mãos nos crimes do fascismo iliba a responsabilidade dos seus chefes, de mãos hipocritamente limpas? Entre os executantes sórdidos dos ordens e os que directa ou indirectamente as deram, ou consentiram na sua aplicação — pelo silêncio criminoso e cúmplice —, não haverá uma mesma cadeia de responsabilidades, que exclui qualquer «eventualidade» num apuramento posterior? E se esse apuramento se verificar, que resultará dele? Um julgamento simbólico, à revelia? Um pedido de extradição, logicamente inviável?

A brandura utilizada com Marcelo Caetano e Américo Tomás faz-nos lembrar processos «de concórdia» semelhantes utilizados durante a 1.ª República relativamente à reacção monárquica. No entanto, quando o 28 de Maio pôs termo ao regime democrático burguês, a «gratidão» fascista foi edificante... Entretanto, a suavidade de tratamento que favoreceu os principais representantes do regime fascista, contrasta com certa dureza de posições já claramente manifestadas em relação a alguns movimentos da esquerda revolucionária.

parte além dos presentes ao comício muitos dos participantes na Assembleia do Técnico.

Entretanto as correntes ditas de «esquerda» nomeadamente o P.C. — fiel seguidor da política soviética de que Cuba é um «satélite» — continuam a não fazer a menor alusão ao caso Peralta, um caso exemplar como se disse e com justeza no comício do M.R.P.P.

Silêncio que é profundamente significativo dos compromissos que o P.C. já assumiu ao entrar para o governo provisório.

APOIO POPULAR AO P.A.I.G.C.

● Na última segunda-feira, centenas de pessoas, na sua maioria africanos, manifestaram-se no

Aeroporto da Portela contra a continuação da presença de tropas colonialistas em Cabo Verde onde há dias se verificaram recontros entre a população e militares de que resultaram alguns feridos.

A manifestação teve lugar ao fim da tarde, à hora marcada para a chegada proveniente de Bissau do avião que transportava um dos feridos naqueles incidentes. No decorrer da manifestação os manifestantes que gritavam «slogans» como «Viva o P.A.I.G.C.» e «Unidade Guiné-Cabo Verde», distribuíram um comunicado em que se lê: «Desde 25 de Abril a população de Cabo Verde tem manifestado o seu apoio ao seu legítimo representante, o PAIGC, recordando Amílcar Cabral e exigindo a independência da Guiné e de Cabo Verde como um único país. O Governo Provisório só tem referido a independência da Guiné, tentando dividir os dois po-

vos, unidos pela sua história e pela sua luta».

Após se criticarem os métodos utilizados pelo governo provisório afirma-se no documento: «Exige-se dos trabalhadores e estudantes das colónias em Portugal, dos operários, soldados, marinheiros e restante população portuguesa uma posição firme no sentido do regresso imediato de soldados e independência imediata e incondicional para as colónias».

● Na segunda-feira 13, a cidade de Bissau foi cenário da primeira grande manifestação popular de apoio ao PAIGC.

Participaram na manifestação mais de 5 mil pessoas. Entre os manifestantes, contavam-se estudantes, estivadores, bombeiros, operários dos serviços de assistência oficial além de muito povo.

Era também elevado o número de cartazes empunhados pelos

manifestantes nos quais podiam ler-se frases como: «Viva o PAIGC», «Abaixo o Neocolonialismo», «Viva a Guiné e Cabo Verde» e «Combatentes de Ambos os Lados Livres».

Estas constantes adesões populares aos princípios defendidos pelos movimentos de libertação só vêm confirmar como uma solução neo-colonial do tipo federalista não encontra aceitação entre as populações africanas — as únicas com direito a decidirem do seu próprio destino.

Interessado em tornar-se um povo livre, o povo português não poderá esquecer que esse fim só poderá ser alcançado quando os povos da Guiné, Angola e Moçambique desfrutarem da liberdade total que apenas a independência pode garantir.

De resto, foi a luta dos movimentos de libertação um dos principais factores determinantes da queda do regime fascista.

O jogo do poder

Entre as correntes representadas no governo provisório preparam-se os lances para o jogo do poder. As cartas estão na mesa. Mas de quem são os trunfos?

Na «economia», o neo-capitalismo. No «trabalho», o reformismo social. A «expansão económica», o «aumento da produtividade» — que os principais responsáveis do novo regime anunciam como as reivindicações mais instantes — far-se-ão sob o comando da equipa de coordenação económica chefiada pelo dirigente bancário Vasco Vieira de Almeida. Bancário também, mas empregado, é o membro do Partido Comunista Português, Avelino Gonçalves, ministro do Trabalho. A seu lado, o ministro sem pasta Alvaro Cunhal, secretário-geral do P.C.P., colaborará na coordenação da política do sector.

Uma contradição aparente

A contradição é apenas aparente. E não só por se tratar de um «governo provisório», de um governo que não é — esclarece Mário Soares — de «frente popular» mas de «unidade nacional». A participação de elementos do P.C.P. num gabinete em que marcam presença destacada os liberais neo-capitalistas tem razões mais fundas. A política de colaboração de classes (que aqui solenemente se designa de «nacional»: a Nação como entidade mítica acima das classes) tem sido uma cons-

tante da orientação prosseguida pelos P.C. europeus (e não só) girando na órbita moscovita — e é de Moscovo que vem o exemplo supremo, a cooperação cada vez mais estreita com os Estados Unidos da América. Ora, se Moscovo pretende manter a partilha do Mundo com Washington, se a rivalidade se acomoda na cumplicidade de interesses das super-potências, porque não há-de Alvaro Cunhal, a nível incomparavelmente mais modesto, cooperar com Vasco Vieira de Almeida?

Há alianças — e alianças

Mas é preciso ter em conta a correlação das forças no actual momento, advertite o partido de Cunhal. O momento é de consolidação das liberdades democráticas conquistadas, de resistência à reacção, de liquidação total do aparelho fascista: os argumentos não seriam falhos de lógica. Resta saber, porém, com que fios essa lógica se coze, a que caminhos pode conduzir. Resistir à reacção, liquidar o fascismo são em si objectivos progressistas. Descurar a ameaça real de uma conjuntura das forças reaccionárias? Quem, responsabilmente, o faria? Mas há alianças — e alianças. Existe uma diferença essen-

cial entre os pactos incondicionais e oportunistas — entre subir de qualquer modo para uma das carruagens do comboio que outros puseram em andamento — e negociar, sob determinadas condições concretas e com base em inalienáveis questões de princípio (o reconhecimento à independência imediata das colónias, por exemplo), uma plataforma embora transitória, de acordo. Aliás, a fragilidade dos compromissos incondicionais viria a ser posta à prova, poucos dias depois da formação do governo provisório, perante a autorização concedida pela Junta de Salvação Nacional à partida para o Brasil de Américo Tomás e Marcelo Caetano.

Que anti-monopolismo?

O programa do Movimento das Forças Armadas define-se a favor de uma estratégia anti-monopolista. Anti-monopolistas são também os programas de esquerda reformista com assento no governo provisório (caso da CDE durante a última campanha «eleitoral»). No entanto, o 25 de Abril foi visto de modo significativamente positivo pelo grande capital. Também aqui a contradição é apenas aparente. Como tem sido assinalado no CF, a mudança política era efectivamente desejada não só pela pequena-burguesia — cujos interesses a esquerda reformista exprime — mas também pelos sectores mais avançados da grande-burguesia. E são estes que, por via do seu poder económico, estão em melhores condições de enquadrar e «recuperar» o processo em curso. E por isso mesmo que certos responsáveis principais do P.C., como Octávio Pato e o próprio Cunhal, manifestam tantos temores em relação ao movimento grevista que poderá afectar a sobrevivência das pequenas e médias empresas, devido a uma vaga de

CONCLUI NA PAG. 17

Dizer não às tácticas do patrão!

O movimento grevista atinge importantes sectores industriais e cobre zonas afastadas geograficamente. Enquanto os cunhalistas lançam-se activamente no repúdio à greve, a classe operária em muitas fábricas demonstra uma unidade e espírito combativo grandes, contra a exploração capitalista e pelo afastamento de fascistas e bufos. São os lanifícios, a Fábrica

Nacional de Margarinas, J. J. Gonçalves e muitas outras. CF achou de interesse deslocar-se a uma fábrica em greve: ver, ouvir, aprender e relatar. Escolhido ao acaso: MESSA, fábrica de máquinas de escrever, em Algueirão-Mem Martins. Quase 1800 trabalhadores em greve, dos quais 1400 operários. Ocupação da fábrica.

Era noite quando chegámos. Operários em piquete de segurança à porta. Atenciosos para com a imprensa. Outros com braçadeiras, indicando: Serviço de Incêndios. Fica-nos uma primeira ideia da organização operária da greve. Está quase a começar uma assembleia geral de trabalhadores. Aderência total entre operários, empregados de escritório, desenhadores, motoristas. Só 3 elementos dos quadros superiores não aderiram.

empresas tinham 44 horas. Os trabalhadores da Messa pediram-nas em Março.

Depois do 25 de Abril, a administração mandou um comunicado em que pedia aos trabalhadores para elegerem uma comissão para discutir a hipótese das 44 horas com início em 1 de Junho, dando a entender que isso seria aprovado. A administração já sabia que o Sindicato reivindicava 40 horas. Foi um grupo ao Sindicato para aconselhar-se. O Sindicato disse que se dessem já as 44 horas, seria bom porque quando viessem as 40 horas eles teriam de dar e entretanto já recebiam.

Foi eleita democraticamente uma comissão de trabalhadores com a incumbência de ouvirem apenas e não negociarem e depois transmitirem numa reunião aos camaradas de trabalho. A administração falou em 45 horas/semana ou 44 horas com suspensão dos intervalos (10 minutos de manhã, 10 minutos à tarde). Na Assembleia, por esmagadora maioria são recusadas as 44 horas e votada a reivindicação das 40 horas.

— Como começou isto?

— No tempo do governo fascista várias

Breve cronologia

3.ª feira, 14, de manhã: Manifestação de apoio às 40 horas. Começa-se a falar nos 6 contos mensais.

4.ª feira, 15, de manhã: Os trabalhadores manifestam-se a favor de outras reivindicações e elaboram em duas reuniões (montagem e fabricação) um caderno reivindicativo de que constam as propostas do CCT (um mês de férias, mês e meio de subsídio, 13.º mês para todos) acrescidas de 14.º mês pela Páscoa para todos, de algumas outras melhorias (refeitório, balneários, etc.) e de saneamento da empresa.

As 12,30: A comissão de trabalhadores é recebida pela administração a quem dá um prazo de 48 horas.

5.ª feira, dia 16: A administração dá a resposta passadas 24 horas. Aceita o saneamento desde que seja objectivo, mas não aceita o 14.º mês nem o aumento. Diz que depende duma resposta a um pedido feito ainda ao anterior governo. A assembleia de trabalhadores considera a resposta muito vaga. «Dissemos não!» Nessa reunião é decidida a greve com ocupação. Eram cerca de 18,30 h.

5.ª feira, 20 horas: Chegam as Forças Armadas (F.A.) a pedido da administração (ao que parece esta teria chamado a GNR a qual endossou o caso às F.A.). Acusação de haver sequestros.

Ao ser deliberada greve com ocupação, os operários puseram-se em contacto com a creche para o pessoal da creche tomar conta das crianças.

22 horas: Reunião do representante das F.A. com a administração e alguns membros da comissão. A administração mantém a mesma posição.

6.ª feira, 4,20 h da manhã: Assembleia Geral. 1500 trabalhadores, com a presença das F.A. Mantém-se a posição dos trabalhadores.

A administração considera ilegal a ocupação da fábrica e, se não houvesse evacuação, considerava-a fechada.

As F.A. consideram inútil a sua presença no local e abandonam as instalações fabris.

Durante o dia, nova reunião com a administração.

Sábado, dia 18, 0 horas: Nova Assembleia de Trabalhadores para dar conta da proposta da administração.

«Pura demagogia capitalista»

A proposta da administração propunha que os operários dessem um prazo (48 horas era pouco) e entretanto começaria o trabalho. Findo o prazo haveria negociação dos pontos mais importantes. O que fosse negociado na altura, entraria em vigor com efeito retroactivo a partir de 17 de Maio.

A comissão explica várias vezes a proposta. Depois falam operários e operárias, intervenções simples e curtas.

«Isso é pura demagogia capitalista. Não

se deixem adormecer. Viva a Comissão!» (Vozes: «Apoiado!» enquanto erguem os braços, de punho fechado).

«Não se pode acreditar numa administração que chamou as F.A.»

«A administração está a querer recompor-se para nos derrotar. Se vencermos, vencemos todos. Se perdermos, perdemos todos.»

Um inusual: «Já estamos habituados aos sacrifícios, de modo que mais dia, menos dia... Até os chefes que não gostavam, tiveram de entrar em greve.»

«A classe operária não é como a classe burguesa. A burguesia é que desiste à primeira. O espírito de união e de organização está a desarmar os patrões. Os jogos psicológicos não desarmam a classe operária.»

A proposta da administração é recusada por unanimidade. De braços erguidos e punho fechado, os trabalhadores decidem continuar a greve. Entram em coro: «Operários unidos, jamais serão vencidos!»

«Para trabalho igual, salário igual»

Uma volta pela fábrica. Pequenos grupos confraternizam em torno das máquinas paradas. Grupos de operários alentejanos merendam. Um grupo de inusuais diverte-se com cantos humorísticos. Há os piquetes mas mesmo o pessoal que não está de piquete, quer ficar na fábrica, a ocupá-la.

Iniciámos a conversa com um grupo.

— Já houve greves antes?

«Durante o fascismo houve paralizações. Os operários ficavam junto das máquinas. Uns paravam e outros aderiam.»

— A posição dos maridos influíu nas operárias? (Ouvimos falar que havia maridos fora, junto do portão, descontentes.)

«Nada. As manifestações de descontentamento deles foram casos isolados. Mas apoiaram todos. Trouxeram comida e roupa. A comissão disse que podíamos ir (as mulheres) para casa, mas nós ficámos.»

Depois já nem perguntas eram necessárias...

«O último contrato colectivo estava mal. Para trabalho quase equivalente dava diferenças grandes. Isso provocava divisão na classe operária. Actualmente há união nas pessoas. Por isso luta-se «Para trabalho igual, salário igual». (Está escrito no caderno reivindicativo) e para diminuir as diferenças. Um chefe de secção ganha o dobro de um operário; chefe de serviço, 5 vezes; engenheiro, sete; administrador, dez.»

— Quanto à produtividade, eles querem aumentar?

«Os operários reagiram bem. Não interessa aumentar o trabalho. Opõem-se a que façam trabalho com ritmo maior.»

— Fazem horas extraordinárias?

«Era só para voluntários. Como ganhávamos pouco fazíamos. Mas antes da greve já tínhamos abolido com as horas extraordinárias.»

A denúncia de casos individuais. Dentro do quadro geral da exploração, da lei já favorável aos capitalistas, há ainda situações de não cumprimento dessa lei, ficando os operários ainda em maior desfavor.

«Vieram ter comigo para trabalhar durante as férias. Ficou combinado que não teria férias. Mas deviam pagar a 300\$00/dia e pagaram só a 200\$00. Pelo contrato devia ser a triplicar.»

«Por ter perdido 2 meses por doença, tiraram-me subsídio de férias e gratificação de Natal.»

«Eles contam os dias que se falta e não os que se trabalha. Quando os meses são de 31 dias, recebe-se menos um.»

«Na altura em que a MESSA se encontrava em crise com falta de dinheiro para pagar aos operários, não nos era cedido tudo o que tínhamos ganho. Recebíamos 100, 200 ou 300 escudos, só recebíamos uma prestação. Formávamos bicha para receber. Havia famílias inteiras aqui. Dissemos que se despachassem porque estavam a demorar muito. Resposta: Ou estão calados, ou na próxima altura ponho um esquadrão da GNR. Esse senhor é o chefe de serviço da secção de pessoal. Não é competente para estar ao serviço.»

Saneamento imediato

3.ª feira, dia 21, 8 horas: Assembleia de Trabalhadores exige o afastamento de 5 pessoas da administração e quadros directivos. As negociações estavam emperadas. O saneamento é necessário para se fazer avançar as negociações.

O mesmo ambiente de unidade operária e de confiança nas próprias forças.

Entretanto sai um jornal interno, «Jornal do Trabalhador MESSA» (19 de Maio). Artigo de fundo sobre os Sindicatos.

«Oportunistas, verdadeiros vendilhões da classe operária introduziram-se nos Sindicatos sob a capa de defesa dos interesses dos trabalhadores e jogam na conciliação. Isto é, se os patrões aumentam os seus lucros 15% num ano, os Sindicatos pedem 5% de aumento de salários o que faz com que cada vez mais os patrões tenham mais lucros e que cada vez seja maior a diferença entre os que ganham muito (capitalistas) e os que ganham pouco (trabalhadores).»

Mas isso não é o que nós queremos. Nós queremos que eles tenham menos lucros, queremos ser menos explorados, queremos até acabar com a exploração.

Vigilância pois camaradas na escolha das direcções sindicais, escolhamos operários que nos representem e não operários que estendam uma mão a nós e outra aos capitalistas.

E deixemos bem presente que se eles não nos representarem verdadeiramente nós cá estaremos para lutar sem eles e até contra eles.»

F. S. □

«Ou morrer ou vencer...»

Casalinho da Ajuda, dia 2 de Maio.
Ocupação das casas (perto de 360) mandadas
edificar pela Fundação Salazar. Os depoimen-
tos que se seguem foram recolhidos cinco dias
depois, entre elementos pertencentes à Co-
missão de Bairro, e outros moradores.



A—Foi quinta-feira, dia dois.

Nós, quatro mulheres, de manhã pensá-
mos em organizar isto porque vivíamos em
barracas. Eu, vivia numa barraca de madeira,
pela Câmara tivémos uma barraca aqui no
Casalinho. Mas era um barracão de lusalite.
Tenho sete filhos, o meu marido e eu: nove!
Deram-nos um barracão e nós é que o divi-
dimos, tem três divisões, mas não dá para
vivermos porque no Inverno é gelado, e no
Verão quente. Tive de comprar um aquecedor
que me custou dois contos para poder dor-
mir...

❶ **E as outras pessoas que foram consigo
eram também do Casalinho?**

A—Eram também do Casalinho. Nós di-
rigimo-nos primeiro à casa do Sr. Presidente
da Câmara, falámos com a filha; depois
andámos à procura dos estudantes. Fomos
à CDE. Fomos à escola Luís de Camões; daí
fomos à escola Passos Manuel, depois ao
Partido Socialista e então fomos à escola
Técnica. Depois da escola Técnica é que
veio os estudantes... Estou muito agradecida
de nos virem acompanhar...

❷ **E o que é que se passou então? Formou-
se uma comissão...**

A—Formou-se uma comissão nesse pró-
prio dia, eu estou nessa comissão.

❸ **Quantas pessoas é que lá há?**

A—No principio eram 10 homens e 4
mulheres, todos do Casalinho. Agora não sei
quantos são. Eram dez, quer dizer: nove
portugueses e um cigano, que também nos
ajudou, também nós lhe temos de agradecer
a ele. E os trabalhadores têm estado sem

trabalhar e tudo. A comissão é que tem es-
tado a organizar isto.

❹ **Mas não há aí pessoas que não conse-
guiram casa? E outras que conseguiram e
não precisam?**

A—Pois, é porque há pessoas que não
precisam e têm casa... Aqui dentro destas
casas há quem diga, (eu sou da comissão
mas não sei nada disso), há pessoas que
não têm precisão delas...

❺ **E o que é que se está a pensar fazer em
relação a isso? Não se está a pensar ir
de casa em casa, para ver quem precisa
dela ou não?**

A—Bem já se fez isso... Já houve duas
ou três pessoas que se foram embora por-
que tinham propriedades noutro sítio. Fizé-
mos um inquérito com os ordenados dos
chefes de família, com quantos filhos tinham,
e com quantas pessoas tinham doentes...

❻ **O que é que se tem passado com as
casas que ainda não estão prontas?**

A—Algumas estão prontas, outras não.
Mas os homens que vieram para cá habitar,
os chefes de família, ajudam-se uns aos
outros. Já que o empreiteiro não quer acabar
com a obra, ele dá-nos o material e eles
acabam. Só o que nós pedimos pela Câmara
é um esgoto, que não temos esgoto, nem
água, nem luz...

B—Nós lá em casa somos catorze pes-
soas. Três casais num quarto, temos até três
cortinas a dividir. Eu tenho uma menina com
um mês, e outro com oito anos que é o me-
nino que dorme comigo, quer dizer não dorme
comigo mas é a mesma coisa, passa-me por

cima, e o meu marido para se vestir tem
que o mandar virar a cara. Tenho uma cunha-
da com uma menina com um ano, tenho outra
com um menino um mês.

A gente tem casa de banho, mas não é
dentro de casa, é cá fora. Foi a gente que
a fez, mas ainda por causa disso tivémos
de ir responder, porque não era admitido
ter ali uma casa de banho.

❼ **No Casalinho pagam-se rendas?**

A—No Casalinho há barracas de ma-
deira que pagam 50\$00 à Câmara, outras
trinta, outras dez.

B—A gente não tem comodidades, não
tem nada. Quando comemos, lá vai tudo
comer para cima das camas.

C—Eu sou empregado da Câmara há
dezoito anos. Meti o primeiro requerimento
à treze. Fui lá chamado e o senhor coman-
dante da polícia começa a dizer para mim:
«pois é, já tem uma casa...» e tal e tal; eu
não digo que estivesse à espera de levar
alguma coisa, o que é certo é que ouvi dizer
cá por fora que quem não levasse cinco ou
dez contos não recebia casa.

E o senhor comandante: «tem dois filhos,
não é?» — «Não senhor comandante, eu
tenho quatro», foi há oito anos, já tinha qua-
tro. A resposta dele: «Então não lhe dou
casa, porque não tenho casa de tipo 3» —
«O senhor comandante, então se eu agora
estou mais necessitado que nunca, dê-me
uma casa qualquer, que estou numa barraca
onde a minha senhora apanhou uma doença
de pulmões». E agora estou num quarto, o
meu ordenado é 2.600\$00 fora os 230\$00
que me descontam por mês, mas os meus



irmãos é que me ajudam a pagar a renda...

B—Eu vi tudo a vir para aqui, e quem se sujeita a amar, sujeita-se a padecer, e eu vim para aqui.

A—Nós pedimos desculpa à J.S.N. de termos feito isto, mas nós tínhamos que fazer; vivíamos em barracas...

Nós ontem fizemos uma reunião porque há pessoas já aí nas casas, que sem ter esgotos estavam a utilizar-se da casa de banho. E então para não haver dessas coisas, fazíamos uma barraca, enquanto a Câmara não fizesse esgotos.

D—A ocupação das casas foi feita logo desde início. Mas depois veio-se a descobrir que haviam pessoas que tinham ocupado as casas e que tinham bom dinheiro lá fora. E então o que é que as pessoas fizeram? Fez-se um tribunal para os boatos serem mandados todos em público, e em que se perguntava às pessoas quem é que achavam que devia ficar, e em que cada um informava o que é que conhecia e era provado ali perante toda a gente as possibilidades de cada um.

Foram corridos uns cinco ou seis, e toda a gente gritava: Rual Rual Rual Houve aí um que ainda levou um arraial de porrada.

A maioria das pessoas daqui eram pessoas que viviam na zona da Av. de Ceuta. A empresa americana que cá veio, deu um contributo para construir casas para as pessoas que viviam em barracas na Av. de Ceuta nos acessos da ponte sobre o Tejo. Mas não construíram casa nenhuma, e a Câmara deve-se ter abotoado com o dinheiro porque as pessoas eram todas mandadas para a zona onde estão agora, em que a Câmara unicamente lhes deu o terreno para eles meterem lá as barracas. Foi assim que nasceu o bairro do Casalinho.

Dois dias antes de invadirem isto, invadiram um bairro da Câmara que tinha sido destruído por uns gajos que eram legionários, outros que eram «chauffers» (pides concerteza...), e pessoas do género. Esse bairro foi dado a essas pessoas, mas sobram algumas casas. Houve pessoas daqui que invadiram essas casas, mas quando para lá foram, houve meninas do Centro Social que andaram nessa noite (às 11 horas) a dar às chaves a pessoas com casa na outra banda; e a pessoas com casas aí à volta e eram conhecidas delas, pessoas que lhes tinham dado dinheiro...

B—Algumas punham dinheiro nas mãos das do Centro para lhes darem as chaves, e as senhoras davam, mas não davam a quem precisava.

D—...No dia seguinte essas pessoas apareceram com a chave a dizer que a casa era delas, e os que tinham ocupado as casas tiveram de sair.

● **Quanto à Fundação Salazar, quantas casas existem?**

D—360 casas. Ainda faltam dois blocos

a construir. Estas aqui estão garantidas, as pessoas já têm a chave, e não as vão pôr na rua porque elas não sairiam. Dizem mesmo que só a tiro.

● **Quanto à questão das rendas, o que é que se passa?**

E—Eu gostava de arranjar uma casinha, mas realmente preciso de saber a renda que vamos pagar, porque se for um conto não posso, temos de olhar à vida. O meu marido ganha 120\$00, eu não trabalho, tenho oito filhos, e a mais velhinha (16 anos) já trabalha, mas ganha pouquinho.

F—Sou vendedor ambulante, não posso pagar uma renda por aí além; se me dessem trabalho, mas não sei ler nem escrever. Eu ando a trabalhar desde os sete ou oito anos, o tempo que eu tinha disponível para ir à escola, tinha de andar a trabalhar para dar de comer à minha mãe que era viúva. Mas eu quero trabalhar e não posso, e quero andar na escola e não posso.

Para andar numa escola de noite, para andar a pagar não posso; se houvesse uma escola para pobres, que necessitam mais que esses pobres ricos que só querem comer para eles.

G—Lá na minha barraca dormem seis numa cama, quatro raparigas e dois rapazes.

A—Ai Jesus, senhor!

B—Ai Jesus o quê! Ele não tem onde os pôr!

A—Até no chão...

E—A senhora ia pô-los no chão, e a senhora dá-se no meio dos ratos no chão?

G—Lá onde eu moro, há «ratinhos» assim deste tamanho. Só de espingarda é que se matam...

B—Olhe, ainda não há muito tempo os meus filhos estavam na cama, e os ratos passavam-lhes por cima, e eles pensavam que fosse alguém a fazer-lhes cócegas!

H—Isto é um grande buraco. Nós temos de ficar cá de noite com tudo aberto! Temos de cá ficar porque se cá chegar a tropa não...

● **Estão à espera que venha cá a tropa?**

H—Sim estamos à espera. Eles ficaram de vir cá novamente. Para ver como é que está a coisa e para dar ordens, para ver se realmente podemos ficar ou não. Mas se o povo ficar cá, tenho impressão que eles não podem correr com a gente.

● **Morava no Casalinho?**

H—Não, eu morava em frente do parque de campismo de Monsanto. Numas barraquitas feitas de tijolo e cimento, mas, bolas, com uma divisão, porque... não a cozinha não conta, para ter lá a minha mãe, a minha mulher à espera de bebé, e um rapaz que ando a criar já à três anos, e que não tem mais família...

● **E lá onde estavam, tinham de pagar renda?**

H—Pagava 500\$00. Pagava a um tipo que era o dono daquelas barraquitas ali. Comprou o terreno já à muitos anos, salvo erro aquilo foi baratíssimo. E ele construiu aquilo com paredes com uma curva para aqui, outra curva para acolá. E então tem lá muita malta, é tudo muito junto. E os barulhos! De vez em quando arnavam-se lá discussões até de haver porrada. Estava em Linda-a-Velha a pagar 1.600\$00, ganhava com os descontos 2.700\$00, como é que eu podia?

I—Eu não tenho casa e preciso duma casinha. Tinha aí uma, mas tiraram-na: foi uma cigana que ma tirou.

● **E não falou à comissão?**

I—Falei, falei. Eu tinha cá o nome, mas acho que já não o têm. Não percebo nada. A minha casa está cheia de humidade, está toda preta. Na casa de banho só tenho uma pia onde se fazem os despejos, e nem se pode lavar lá o suficiente; tem que se pôr um alguidar no meio da casa, tirar o filho de lá, tirar a minha sogra, para eu ou o meu marido tomarmos banho. Não temos condições.

Não é a gente ser invejosa mas anda aí muita pessoa que não precisa.

J—E agora com esta invasão toda as pessoas daqui que mereciam uma casa ficam sem ela. O meu marido trabalha para o Estado, a ser explorado até mais não, e ainda não conseguiu uma casa da Câmara. Não acha bem que os funcionários do Estado tivessem direito a uma casa, que estão a ser roubados por ele mesmo?

L—Isto era só para ricos, para aqueles que podiam pagar. Nós na quinta-feira, quando foi da ocupação, viemos atrás dos estudantes. Eram do MRPP, da CDE, eram de vários partidos que vinham todos juntos com bandeiras. Nesse dia havia portas fechadas, e arrombaram-nas mas já estão arranjadas.

I—O que não está certo é que no dia 2 eram só os habitantes do Casalinho, no outro dia às sete e meia da manhã já estava a vir gente do Barreiro, de Almada, de Algés. Espalhou-se a notícia. O Rádio Clube é que disse.

● **E o que é que aconteceu aos que já tinham ocupado casas?**

L—Houve muita gente que teve medo e que fugiu. Mas as Forças Armadas já cá estiveram hoje e não meteram medo a ninguém.

H—É preciso é que o povo fique, é que ninguém se vá embora.

I—Ou morrer ou vencer, porque nós já estamos fartos de pensar.

Reportagem conduzida por:

CRISTINA BAPTISTA; C. MAURÍCIO;
JOSÉ DIONÍSIO; PEDRO SILVEIRA.



SUAVE MILAGRE

De Copenhague, Jorge Dias de Deus interroga-se sobre o 25 de Abril. Eis aqui o seu depoimento.

Quando se está longe, no espaço e no tempo, é impossível fazer análises objectivas, rigorosas e conscientes. O que se segue não se trata portanto de nada disso. Nem pretende. Não é só a questão da distância mas é também a convicção de que a análise objectiva, rigorosa e consciente não tem outro fim que não seja o de, sob a capa respeitável da objectividade, promover novas formas elitistas e hierarquizadas de manipulação social e controlo. Se o fascismo acabou o capitalismo, por seu lado, pode continuar e o problema da organização da sociedade — que a boa análise objectiva etc., tem em vista — continuará a pôr-se. Não é verdade?

Vamos ao que interessa. A revolução do dia 25 de Abril chegou a Portugal. Pelo menos é o que me dizem, pessoas simpáticas e sorridentes, os jornais, a televisão. É a boa nova. Fim do fascismo, possível fim próximo do colonialismo. Fascismo e colonialismo: os dois flagelos condenáveis que qualquer cidadão médio duma democracia ocidental nórdica é ensinado, desde criança na escola, a repudiar vivamente. Portanto há que estar alegre. Mas um golpe militar com um general de monóculo, antigo governador duma colónia — «O que é que acha? Acha que é de confiar? Acha que vai mesmo haver eleições livres, que é o fim do colonialismo?» Balbucio respostas (pouco objectivas etc.), manifesto o meu contentamento, e digo o que acho.

«Não está convencido?»

É um suave milagre — Spínola abre a porta e a Revolução diz: aqui estou!

Ante os olhos maravilhados, embevecidos e incrédulos do Zé Povinho... e de todos. Os sonhos mais inconfessáveis, os mais anti-fascísticos, destilados a conta gotas durante os longos anos de repressão paternalista vão ser por fim realizados. Realizados com perfeição e moderação pelas Forças Armadas. Que é milagre há poucas dúvidas ou então o golpe não teria logo ocorrido nos fins de Abril, mesmo antes do mês dos trabalhadores e de Maria, mês famoso pelo seu tradicional dia 1 (dia de festa) e o seu beato dia 13 (dia de azar). Mês de Maio é mês que agrada a todos, é mês de Primavera radiosa, há cravos vermelhos e rosas brancas. Mas sobretudo há a luz brilhante da liberdade — santa liberdade — que faz rir e que faz chorar. Houve mesmo milagre, daqueles que fazem encantar crianças, que encantam porque são suaves.

«A suavidade não é um argumento contra a radicalidade: é capaz de contra-argumentar?» Os PIDES foram presos e a sua organização pidesca desmantelada, ao que parece. Vinganças de morte: para quê? Inimigo derrotado é inimigo indefeso e a vingança sádica perde o seu gozo. Presos eles poderão ser julgados, e quando houver novos códigos os novos juizes poderão ler as penas que devem aplicar. Então se fará justiça (que justiça?). «Não está convencido?».

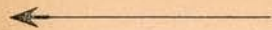
Não estou convencido. Dar PIDES a um povo em fúria como dar pedaços de carne de cão a leões famintos é inglório: a justiça popular não é dádiva, ou se realiza na acção violenta das massas ou depois é outra coisa — legitimização do novo poder?, manobra para ganhar popu-

laridade e acalmar as lutas de classe?; entretém para fazer esquecer os crimes coloniais? Tudo isso ao mesmo tempo?

O poder real e o poder formal

Nos manuais do golpe perfeito deve estar escrito que primeiro há que ter o poder real e formal nas mãos e que depois é que se faz justiça. O poder real caiu rapidamente nas mãos do Movimento. Faltava o poder formal cair. Depois é que viria a justiça: isto é, só depois é que se iria tratar da PIDE. E o formalismo duma rendição com troca de cortezias e entrega das chaves do reino envolvendo Suas Excelências os chefes que vai ocupar por longas horas as forças armadas. Esquecem-se (?) que a tão poucos metros dali (quantos metros vão do Quartel do Carmo à tortuosa Rua António Maria Cardoso?) está o quartel general dos danados, dos profissionais do crime político. Os heróis de papel de jornal, mesmo ao lado, estão longe. E o herói popular, esse Zé Povinho jovem de punho cerrado e gritando vingança que mantém o cerco à volta da sede da PIDE. E é ele que mais uma vez — que seja pela última vez! — é morto, assassinado pelas balas fascistas. Correm militares, correm fuzileiros. E tarde, o sangue já está no chão, é tarde para salvar as vidas do povo. Ironicamente ainda chegam a tempo de salvar as vidas dos PIDES. De que justiça se estava para aí a falar?

Mas a epopeia da libertação mal come-



Quem faz cair as Bastilhas?

çara. Os presos saíram em liberdade! Co-moção, abraços, lágrimas — e sempre a pressão da população, das famílias e dos próprios presos para evitar as divisões e selecções entre bons e maus políticos (pacíficos e terroristas). Não se sabe o que teriam os presos de delito comum — os ladrões — ficado a pensar com esta libertação instantânea dos políticos. Não terá algum deles filosoficamente reflectido sobre o significado duma revolução que liberta os que anteriormente violavam as regras da política e que não pensa nos que violavam as regras da propriedade? Ou política e propriedade não estarão, ao fim e ao cabo, lá muito ligadas? Os ladrões e os pretos fica para depois — é capaz de ser a ideia...

«Mas você é mesmo um velho do Restelo, só a agoirar e cheio de azedumes. Vamos lá a ver: a libertação dos presos políticos e o desmantelamento da PIDE constituem ou não factos históricos de importância incalculável? É preciso ir mais longe, sim senhor, mas não subestime o que já há».

Marcello, atraso de vida...

É preciso ir mais longe... Qualquer alteração importante da sociedade portuguesa passava necessariamente pela libertação dos presos políticos e desmantelamento da PIDE. Dos operários insaciáveis com as suas greves insuportáveis aos grandes capitalistas aliados da tecnocracia deparamos com um acordo geral (e viva a unidade!): o regime fascista estava cada vez mais incapaz de dar qualquer satisfação às classes determinantes no jogo social. E não só estava incapaz de satisfazer as classes sociais determinantes como estava incapaz de controlar eficazmente a situação: Spinoza ter ficado à solta depois do golpe abortado das Caldas deve ter feito Salazar levantar-se da tumba. A liquidação, em sentido restricto, do fascismo era tarefa que se colocava (e não só agora mas há já uma dezena de anos) ao grande capital. O tiro marcellista saiu-lhe pela culatra e por isso houve que recorrer a especialistas de armas. Que atraso de vida para o grande capital esse pobre diabo do Marcello!...

Liquidação em sentido restricto do fascismo quer dizer liquidação daqueles aspectos aberrantes que eram fontes de instabilidade e que impediam uma maior receita de mais valia vir engordar o capital. Os Melo da CUF estavam oprimidos — ou pelo menos é o que parece terem ido dizer à Junta —, o escudo ficou mais forte, e o Mercado Comum é agora todo sorrisos. Libertação de presos e controlo da PIDE foi o que Marcello na fase liberalizante inicial, antes do retorno da reacção, tentou, muito timidamente, fazer. E a lição a tirar — a lição que o grande capital tirou — é que era impossível legalmente eliminar os anacronismos e os privilégios do velho regime. As armas cidadãos militares: foi a resposta.

Mas há que olhar pelo outro lado. Pelo verdadeiro lado da resistência, pelo lado duma tropa farta de guerra e de morte e duma classe operária farta de super-exploração e de emigração. É a tal população em fúria que precipita a queda definitiva da PIDE e faz abrir rapidamente as portas das prisões. Não é uma coisa sabida que burgueses não fazem cair bastilhas?

É depois? Manifestações que se multiplicam e engrossam, confraternização de soldados, marinheiros e população, personalidades exiladas que regressam exaltadas, discursos brilhantes e cumprimentos pães de perspectivas políticas, a organização sindical que desperta, tudo se vai compondo: um precipitar de acontecimentos em calorosa bola de neve que se enrola ficando cada vez maior. É a explosão de alegria: Viva o 1.º de Maio! Milhares, milhares e milhares de pessoas numa espantosa manifestação de unidade nacional de classes no dia internacional da classe operária.

Até onde irá a hegemonia da unidade antifascista? Ela continua com a caça aos PIDES e com a eliminação dos cabecilhas fascistas mas começa a tornar-se duvidosa quando os trabalhadores iniciam acções mais independentes e decisivas como ocupações de fábricas, sindicatos, municípios. Um poder popular apoiado nas armas dos soldados e marinheiros e assentando no controlo real e ocupação dos locais de trabalho, dos bancos, dos centros de administração, das escolas, etc., etc., não será possível? Passar da festa da colaboração de classes antifascistas para a utopia-feita-prática da abolição da exploração, do trabalho assalariado, das divisões entre trabalho manual e intelectual, entre governados e governantes, da abolição dos chefes e dos líderes, dos deuses e dos ídolos, das hierarquias; da abolição do Estado e de todo o aparelho de repressão!... — «Você não está bem da cabeça, homem! Temos um povo bom, pacífico, que não quer distúrbios, que festeja o fim dos anos de ditadura vergonhosa mas que não segue desordeiros e provocadores. Veja o civismo deste mar de gente: Paz, Democracia, Liberdade!»

Para os que tiverem a pele branca?

Paz, Democracia, Liberdade: para os que tiverem a pele branca? Portugal 1974: Guerra colonial. Fins de Abril começos de Maio: combates na Guiné e Angola, Frelimo disposto a lançar uma ofensiva até à vitória final. Os embarques de militares para as colónias continuam, manifestação activa de protesto «esquerdista» perturbando a quietude da colaboração unitária. Desertores e refractários todos podem ser úteis para construir o novo Portugal democrático — e impor a paz colonial ou neo-colonial no Ultramar! Guerrilheiros sejamos todos decentes e democráticos, deixemo-nos de armas, parem as

vossas ofensivas como vós, que, por incapacidade, há muito já parámos as nossas, vamos para partidos e eleições — as tais eternas eleições que só servem para confirmar as estruturas económico-sociais dominantes. Democracia e estruturas coloniais — é a minha vez: o senhor é parvo ou quê? Muito simples: em Portugal era preciso um golpe militar para abalar o fascismo; nas colónias bastariam eleições para abalar o colonialismo! Tal como o fascismo que nunca se liberalizou o colonialismo não é para ser liberalizado: o colonialismo é para ser liquidado. Que a apregoada maturidade cívica e política do povo português dos novos paleios dominantes seja posta à prova: nem mais um militar para as colónias, fim da guerra já!

Vamos senhores antifascistas, democratas de bom nome, capitalistas oprimidos, generais condecorados, políticos recém-chegados, todos unidos olhem para as vossas mãos. Acenar com o cravo da liberdade antifascista numa mão e esmagar o cravo anti-colonialista com a outra, assim não vale. Vamos lá, todos unidos, é como tomar uma colher de óleo de fígado de bacalhau, custa na altura mas depois passa, digam: a guerra colonial acabou!

Suave milagre.

J. DIAS DE DEUS □

por um homem novo
numa sociedade nova

jornal do centro

Redacção e Administração Alameda 8, Pampalhoa

A questão da paz

No momento em que se anunciam perspectivas de negociações com os movimentos de libertação africanos, Ana Chaves defende a opção: a separação e completa independência para os povos das colónias é o único caminho para conquistar a paz.

A guerra colonial-imperialista é, desde há 13 anos a esta parte, o elo mais fraco da cadeia de dominação da burguesia portuguesa. E continua a sê-lo.

Foi, antes do golpe de estado, o factor decisivo da agudização das contradições no seio das hostes do grupo dominante, da luta pela posse do leme do barco da exploração colonial. É, depois do 25 de Abril, a questão cadente que ocupa liberais, reformistas e revisionistas no sentido de encontrar a «solução» mais satisfatória, para a burguesia e o imperialismo, que permita manter, no fundamental, os laços de dependência política, económica e cultural das terras africanas para com a metrópole colonialista.

Para a burguesia portuguesa, que há muito compreendia a falência do colonialismo perante um povo em armas e decidido a lutar até à morte pela sua emancipação, a questão que se coloca hoje e agora é só uma: qual o manto neo-colonialista que melhor saiba cobrir a exploração e a dominação dos povos africanos? Atarefadas, todas as facções da burguesia, «unidas», buscam e rebuscam «soluções»: enquanto o governo da Junta, por intermédio do seu presidente, o General Spínola, garante desde já à burguesia que «auto-determinação não é independência», que se vai «garantir a sobrevivência da Nação no seu todo pluricontinental», os revisionistas, representando os interesses da burguesia no seio do povo, esboçam promessas de «independência para as colónias» com o fito de ganhar tempo à classe dominante para que ela encontre a «solução» mais miraculosa e proveitosa.

Procurar uma saída desesperada

Mas «soluções» destas não são tão simples de encontrar, especialmente se encontram pela frente abnegados povos, de armas na mão, decididos a lutar até à expulsão completa e definitiva do agressor colonialista. É isso que reflectem as palavras pronunciadas pelo dirigente revisionista do P.C.P., Álvaro Cunhal, quando, preocupado, afirma ser o «problema ultramarino» uma «questão muito complexa e confusa» (Não é um mimo ouvir semelhantes palavras dum dirigente «comunista»?). É claro que quando a posição não é reconhecer o direito à separação e completa independência para os povos das colónias, mas procurar uma saída desesperada para «soluções» do tipo neo-colonialista a questão colonial torna-se, efectivamente, um

quebra-cabeças para a burguesia, uma «questão muito complexa e confusa» para os factos revisionistas e toda a ganga de social-chauvinistas pequeno-burgueses.

O surto do movimento revolucionário em Portugal fazia tremer a já bem dilacerada burguesia pelos golpes certos dos povos de Angola, Moçambique e República da Guiné-Cabo Verde. O povo português erguia-se com cada vez maior vigor perante o regime fascista e a exploração capitalista e dava os primeiros passos, no sentido de pôr em prática o programa de transformação da guerra colonial-imperialista em guerra civil revolucionária. Nas ruas o povo, com as forças que tinha, fazia guerra do povo à guerra colonial (recorde-se a grande campanha anti-colonialista desencadeada nos princípios deste ano e que teria o seu ponto maior na jornada do 21 de Fevereiro) e dava forma prática a um ponto estratégico do programa da sua vanguarda, a vanguarda da classe operária. Reflectindo esta situação nova no panorama da luta de classes em Portugal, e em particular no panorama da luta e da resistência anti-colonialista do povo português, interpretam-se as seguintes palavras do principal impulsor do golpe de estado do 25 de Abril, no seu livro «Portugal e o Futuro»: quando avisa que a persistência em sistemas de dominação colonial «clássicos», que «já fizeram história», só poderão «acabar por conduzir o País à desintegração pela via revolucionária».

A resposta da burguesia

É contra o programa do povo e da classe operária, é contra a intensificação da luta de classes e sua ascensão a formas mais avançadas que o neo-colonialismo, proposto unanimemente pelas várias facções da burguesia (o programa de «fim à guerra» do revisionismo enquadra-se no reconhecimento, por parte dos sectores afectos ao General Spínola, da impossibilidade de derrotar militarmente os movimentos de libertação), vem procurar travar o movimento revolucionário do povo português e dos povos das colónias. A «solução política» é a resposta da burguesia onde a «solução militar» falhou. E então assistiríamos a essa aberração a qualquer consciência sã, a qualquer consciência ainda não envenenada: assistiríamos pelos «referendos», pelas «negociações prévias», pelas «amplas consultas nacionais», o povo português a «decidir» dos destinos e da independência de outros povos,

do povo angolano, do povo moçambicano, dos povos da Guiné, Cabo Verde, Timor.

Contra as ilusões

Assistiríamos, isto é, se a burguesia portuguesa não encontrasse pela frente uma firme negativa, se os movimentos de libertação que, desde há 13 anos dão o sangue do seu povo por uma causa justa, não tivessem já feito a sua escolha, não tivessem já dito essa coisa muito lógica, essa coisa muito humana e racional: libertar completa, radical e integralmente as suas pátrias oprimidas do jugo colonialista e imperialista. A tática da burguesia portuguesa é, neste momento, convencer os movimentos de libertação a deporem as armas para melhor os apañar desprevenidos. Mas a firmeza e clareza dos povos coloniais fica bem expressa no inequívoco comunicado da Comissão Executiva da FRELIMO de 29 de Abril: «Qualquer tentativa para iludir o verdadeiro problema apenas conduzirá a novos sacrifícios igualmente evitáveis. A maneira de solucionar o problema é clara: reconhecimento do povo moçambicano à independência. Se, todavia, o objectivo do golpe de estado é encontrar nova fórmula para preceptuar a opressão do nosso povo, então os dirigentes portugueses são avisados de que enfrentarão a nossa determinação firme».

Como tal, contra as ilusões que possam persistir em alguns, contra a demagogia — ganha tempo da burguesia e dos revisionistas é infalível o prosseguimento de imediato da guerra colonial. Se o governo da Junta já foi claro: «continuar a lutar contra os guerrilheiros enquanto continuarem em armas». Se os guerrilheiros já foram claros: «continuar em armas até à expulsão radical do colonialismo», assim se compreende que o povo português tenha descido à rua nestes últimos dias e, fazendo coro com os soldados e marinheiros (o que vai deixar de agravar as contradições no seio do exército), tenha gritado bem alto: «Nem mais um embarque», « regresso dos soldados!», «Guerra do povo à guerra colonial».

E assim se compreende porque a posição do povo português em relação ao problema colonial é só uma, também clara e inequívoca:

A SEPARAÇÃO E COMPLETA INDEPENDÊNCIA PARA OS POVOS DAS COLÓNIAS É O ÚNICO CAMINHO PARA CONQUISTAR A PAZ!

ANA CHAVES □

Causas do 25 de Abril

O debate sobre as causas do 25 de Abril e a natureza do movimento militar que derrubou o regime fascista prossegue nas colunas de CF. Eis aqui uma livre opinião de José Subtil.

Tal como em França em 1848, a burguesia portuguesa serve-se do povo, iludindo-o, para a tomada do poder, escorraçando o domínio de meia dúzia de senhores e instaurando um domínio mais amplo da burguesia. Tal como em França, fizeram crer ao povo que se tratava de uma revolução popular. No primeiro de Maio, o cortejo de trabalhadores foi desviado do seu sentido de luta histórica e constituiu uma autêntica manifestação de apoio ao M.F.A. e uma apoteótica recepção dos recém-chegados secretários do P.C.P., P.S.P. — a hospitalidade da CDE aos seus queridos amigos. Uma vez que a queda do fascismo ou seja a vitoriosa revolução da pequena-burguesia, esquecida e privada pelo regime de Caetano, constitui um passo em frente no processo histórico português, os verdadeiros movimentos revolucionários não podem deixar de apoiar o M.F.A. e a burguesia republicana na sua luta contra a Alta Burguesia, mas isto não pode significar aliança definitiva e constitucional. A este período de exaltação de comunhões aparentes, o povo ver-se-á, lentamente, privado já não dos seus direitos fundamentais mas do exercício da democracia popular.

I — Papel do exército na ditadura fascista em Portugal

Instrumento da manutenção do fascismo, as forças armadas foram chamadas ao maior dos sacrifícios: a guerra. Foi assim que se reduziram os quadros efectivos, tornando-os exíguos e obrigando ao recrutamento de milicianos para os postos de comando. Sobrecarregando os oficiais de operações e campanha (Capitães e Majores) em contraste com a comodidade dos oficiais de gabinete (Brigadeiros e Generais) o fascismo originou descontentamento, amargura e injustiça nas fileiras das F.A. Sentindo a urgência de modificar quadros e aumentar os efectivos, o Estado fascista fez um apelo a todos os oficiais milicianos mais reacçãoários, para ingressarem na Academia Militar, oferecendo-lhes condições vantajosas em relação com a injustiça nos quadros efectivos. Desta forma traduzia a formatura numa operação relâmpago, prejudicando seriamente o prestígio dos cursos militares, programados a nível superior. O movimento de descontentamento e revolta nas F.A., obrigou o Estado a demitir o general Sá Viana Rebelo e a dividir a pasta da Defesa Nacional e do Exército, entregando a um civil, Silva Cunha, a organização da «chamada» de-

fesa nacional que abrangia um largo programa de estruturação das forças paramilitares e o fortalecimento e armamento em grande escala da Pide/DGS bem como a organização da Legião como grande «força de reserva» como disse o seu comandante H. Tenreiro. Ao exército era-lhe dado o material quase já indispensável para o treino da guerra colonial. Este, um golpe severo nas F.A.

O Estado sentindo avizinhar-se a sua agonia, fez decretar uma série de medidas já denunciadoras da crise: proibição de reunião de oficiais, controlo destes pela Pide/DGS, divisão dos mais perturbadores por diversas unidades, prisão inclusive dos mais avançados, acabando com a exoneração do general Spínola e Costa Gomes e a entrada de Luz Cunha, antigo Ministro do Exército do Governo de Salazar e confidente de Tomás. O general Spínola é o símbolo da independência do exército pela sua carreira como governador e comandante-chefe na Guiné. Era um homem militar mas fundamentalmente político. A acrescentar a tudo isto, o exército sofria, dia-a-dia, derrotas maiores no campo de batalha — a solução militar era inútil e absurda. O sacrifício era cada vez maior. As baixas e os mutilados aumentavam. A moral de combate, sempre fixada na superioridade militar, era seriamente afectada. El inédito na história da libertação dos povos, o M.F.A. cumpriu uma etapa importante na história de Portugal: — a expulsão do fascismo. Em certo sentido podemos dizer que o regime caiu de velho, de pôdre — cavou a sua própria sepultura.

II — A guerra colonial

Devemos estar agradecidos aos movimentos de libertação pelo contributo que deram à transformação política na Metrópole. Foram eles que com a sua luta decidida, conseguiram transformar o exército numa força revolucionária e obrigar o Estado a arrastar o país para uma situação desesperada. Isto só prova porque em Espanha o fascismo ainda continua no poder. A situação de Portugal é dupla: por um lado explora, por outro é explorado pelo imperialismo. Desta situação só é possível sair, deixando de ser explorador — 1.ª vitória. Depois unidos já pelos mesmos sentimentos promover a independência nacional. A guerra colonial arrastou a burguesia para um fosso donde só podia sair com soluções democráticas. A manutenção da guerra colonial absorve todo o fruto de trabalho produtivo e asfixiou o desenvolvimento económico. Foi assim que, já desesperados, a troca desigual do oportu-

nismo e da rapina imperialista se preparavam para acabar de vender o país. Os pedidos de empréstimos, a compra de armamento, o pouco apoio político internacional era pago a peso de ouro. A burguesia maioritária via fugir-lhe as condições para o seu domínio e transformou-se numa força revolucionária.

III — Desajustamento entre a infraestrutura económica e a superestrutura política

O fascismo era forma atrasada do domínio político da burguesia. Hoje, a burguesia utiliza outros processos e estílios conforme a situação económica do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo. Nos últimos anos, Portugal tentou arrepiar caminho, abrindo as portas ao capitalismo financeiro estrangeiro, continuando firme nas suas posições políticas, passando o fascismo a não saber explicar a nova realidade portuguesa, permanecendo a utilizar processos de domínio, largamente ultrapassados pelas democracias burguesas mais avançadas. A desarticulação atingiu pontos de ruptura dentro do sistema, as divergências aumentaram, a burguesia perdia a colaboração dos elementos mais inteligentes da sua ditadura. Nesta perspectiva podem invocar-se as teses de Salazar: não à aceleração económica. Mas este «não» não se pode manter a partir do momento em que se iniciou a luta de libertação das colónias obrigando a burguesia a um desenvolvimento da indústria de guerra e afins, para acudir às suas necessidades. A contradição entre o político e o económico passou a ser a dolorosa realidade do fascismo, o seu cancro, para a qual não podia senão encontrar sedativos.

IV — Agudização da luta de classes

A necessidade de as massas trabalhadoras se organizarem e unirem, provocaram o aparecimento de algumas formações revolucionárias que conduziram a classe operária, a grandes vitórias. Um grande número de trabalhadores sem-partido conseguiram fazer face ao vertiginoso aumento de custo de vida, modificando sensivelmente a luta de classes em Portugal, tirando as massas da apatia e indiferença políticas. As forças do Estado fascista tornaram-se impotentes para desmoralizar a convicção dos trabalhadores. O susto entra nas hostes fascistas. O governo de Marcelo sente fugir-lhe o controlo do país. O golpe de Estado proclama, historicamente, a liberalização que ninguém sonhara, no fundo, nem mais nem menos, que aquilo que o P.C.P., P.S.P. lutavam há tantos anos.

Este momento em Portugal constitui uma fonte inesgotável de novidades teóricas e práticas. O tempo há-de, finalmente, esclarecer a clareza da situação actual.

JOSÉ SUBTIL □

A hora das opções

Rui Gomes expõe posições defendidas entre a esquerda revolucionária portuguesa sobre o actual momento político.

A compreensão aprofundada da natureza de classe do golpe de estado que, sob a liderança política do chamado «Movimento das Forças Armadas», eclodiu na madrugada do dia 25 de Abril, é dum importância decisiva para a salvaguarda da autonomia política e ideológica das massas populares e do programa da classe operária na actual fase da luta de classes em Portugal: a **Revolução Democrática e Popular**. É decisivo para o marcar da distância irreductível que separa a burguesia do proletariado e a tentativa, por parte do revisionismo, de pôr este sob a direcção daquela.

1 — Porquê o golpe de estado?

O fascismo-salazarismo constituiu o instrumento necessário para operar a transição do **capitalismo pré-monopolista** ao **capitalismo monopolista** e, enquanto tal, serviu por longos anos e às mil maravilhas a burguesia portuguesa. O governo marcelista, por sua parte, traduzia um novo equilíbrio de forças no poder. Uma certa remodelação a nível do aparelho de estado é imperiosa para um novo arranque modernizador do capitalismo português. Um processo de reformas é então exigido de molde a permitir uma larga acumulação de capital, tanto privada como pública, e o papel do aparelho de estado modifica-se sensivelmente, reforça-se e passa a representar o fomentador de tal acumulação capitalista, o enquadrador de tal arranque económico.

Todavia, este processo não se realiza sem, pela sua própria natureza, conduzir a uma extrema agudização das contradições do sistema. O nó central destas contradições, o elo mais fraco do capitalismo português é a guerra colonial: se a exploração colonial é necessária à acumulação da burguesia monopolista a guerra enfraquece-a, económica e politicamente.

Atolada por todos os lados, confrontada a uma agudização da luta de classes em Portugal (o amplo movimento grevista pelo Pão que, desde Outubro de 1973, mobilizou mais de 60.000 proletários é bem disso prova), vista num beco sem saída, a burguesia portuguesa compreende a necessidade de apostar

numa desesperada mudança radical de dirigentes. Compreende que os seus dignatários, o governo marcelista, já não conseguem governar o país e avançavam a passos largos para a derrocada total do sistema. Compreende que já não consegue ganhar a guerra militarmente e que já não pode prosseguir a guerra militarmente. Muda de tática: uma liberalização do sistema permitir-lhe-á, até um novo agravamento das contradições sociais, ganhar tempo e forças para reformular a sua ditadura de classe, dando-lhe uma forma «democrática». Reconhecendo que o prosseguimento militar da guerra colonial só lhe pode dificultar o processo liberalizador e reformulador que ela prevê, ensaia novas «soluções» para a questão colonial, vê no neo-colonialismo a porta do cavalo por onde a burguesia portuguesa poderá deixar passar intactos os seus interesses.

A mudança do grupo governante é a resposta à crise do sistema burguês e à luta popular. O reforço do papel dos revisionistas, reformistas e «democratas» pequeno-burgueses é cada vez mais necessário à contenção das lutas populares, freio, travão e desvio do caminho das transformações radicais do sistema capitalista. Daí o 25 de Abril e todos os acontecimentos que se lhes vão seguir.

2 — Burguesia e revisionismo de mãos dadas

Basta-nos uma fugaz olhadela para o programa da Junta militar para verificarmos que ele coincide exactamente, e em todos os aspectos, com o programa do P.C.P.-C.D.E. O apoio que estes davam, ainda antes do 25 de Abril, ao «Movimento das Forças Armadas», quando este ainda se chamava apenas «Movimento dos Capitães», e quando falavam em unir às fileiras populares «os homens honestos da PSP, GNR e GF», é bem significativo de tudo isto. Tendo vindo a pressionar, desde há já muito tempo, a burguesia portuguesa a uma mais «justa» redistribuição da mais-valia extorquida aos operários, a uma partilha mais «equitativa» do bolo capitalista, esforçando-se por conquistar alguns poços mais nos aparelhos de estado, os revisionistas vão ser chamados, daqui para a frente, a desempenhar com maior vontade as tarefas

que os seus patrões lhes incumbem. Se não se pode dizer propriamente que conquistaram o poder (que pertence e pertencerá, enquanto o povo não a derrubar, à burguesia monopolista), pode-se bem dizer que conquistaram o poleiro. A sua natureza de destacamento político e ideológico da burguesia no seio do proletariado e do povo não lhe permite mais do que isso. Aos polícias da classe operária oferecem-se o controle dos grandes meios de informação financiados pelo capital monopolista. Oferecem-se as direcções dos sindicatos, das associações estudantis, dos aparelhos culturais e, não punhamos dúvidas, dos aparelhos repressivos.

Em troca destes serviços eles comprometem saciar os interesses da pequena e média burguesias com os restos do bolo dos monopólios, espetar a lança da burguesia no seio do povo, procurando desviá-lo da realização do seu próprio programa e colocar a classe operária a reboque dos doutores.

Debalde o conseguirão, é escusado dizê-lo.

3 — O programa da burguesia ou o programa da classe operária?

Como diria um bom burguês liberal, estamos na hora das grandes acções. As duas linhas, no seio do movimento popular, são agora mais nítidas do que nunca. Seguir a reboque da burguesia, dos monopólios, do imperialismo — que é a linha dos revisionistas — ou prosseguir nos objectivos autónomos da classe operária, no programa da Revolução Democrática e Popular. O «Levanteamento democrático-nacional», da democracia e das liberdades burguesas (Ulianov dizia que «a liberdade é uma fraude se se opõe à emancipação do Trabalho da opressão do Capital»), da propriedade privada intacta dos capitalistas e dos latifundiários, da sujeição neo-colonial ao imperialismo — ou o Pão para a classe operária, a Terra para os camponeses, a verdadeira Democracia e Liberdade para o povo, a Paz e a Independência Nacional para Portugal e para as colónias.

A burguesia ou o proletariado? A opção é cada vez mais clara.

RUI GOMES □

PARA A HISTÓRIA DOS POVOS AFRICANOS

O Império de Monomotapa

Que sabemos da história dos povos africanos que o colonialismo português tem vindo a oprimir ao longo dos séculos? A história de Moçambique, através de textos do livro de 4.ª classe das escolas da Frelimo (compare-se com os textos das escolas dos «civilizadores»

— ó instrutivo...), fornece-nos alguns dados para uma primeira abordagem. Depois de termos divulgado, no número anterior, o texto dedicado às migrações, publicamos hoje a descrição exemplar do Império de Monomotapa.

O Império de Monomotapa

Nos princípios do séc. XIV (1325 aproximadamente) uma tribo Bantu, os Makaranga, atravessou o rio Zambeze e veio fixar-se no planalto que é hoje a parte central da actual Rodésia (Zimbabwe). Este povo foi o fundador duma civilização africana. Pouco a pouco os Makaranga estenderam o seu território formando uma liga ou aliança de tribos Chona. Esta liga estendia-se do Zambeze ao Limpopo e do deserto do Calari ao Oceano Índico. Esta grande organização ficou conhecida na história com o nome de Império de Monomotapa.

Chona é uma grande tribo subdividida em: Manhica, Zezuru, Kalanga ou Karanga, Nduu e Korekore. Todas estas tribos falam uma língua comum: Chona.

A civilização de Monomotapa

1 — As ruínas do Zimbabwe

As ruínas do Zimbabwe situam-se perto da actual cidade de Fort Victoria, não longe de Salisbury. O nome original africano de Zimbabwe é Dzimbabwe. (Dziba — casa, ibwe — pedra). Havia mais de um Dzimbabwe. Madzimbabwe (plural de Dzimbabwe) eram lugares onde os velhos discutiam os problemas sérios de estado com os espíritos dos mortos. Cada clã tinha o seu Dzimbabwe. O grande Dzimbabwe era a sede política e espiritual do Império de Monomotapa entre os Sécs. XII e XVIII.

Nesta cidade fortificada vivia o imperador do Monomotapa. Hoje em dia esta cidade encontra-se em ruínas, mas durante os sécs. XIV, XV, XVI; XVII foi centro da vida política, militar, económica e administrativa do império.

Nas ruínas podemos ainda distinguir três grupos importantes de edifícios. Um templo oval cercado por uma muralha de 2.500 metros de comprimento, 9 metros de altura e 4,5 metros de largura. No interior desta muralha erguiam-se duas torres, a maior das quais tinha 10 metros de altura; uma fortaleza a 500 metros do templo e situada numa elevação, e as ruínas das casas de habitação entre a fortaleza e o templo.

Todas estas construções eram feitas de grandes blocos de pedra e não tinham a ligá-los nenhuma espécie de cimento. Ajustavam-se perfeitamente uns aos outros.

Perto das ruínas foram também encontrados objectos de uso corrente, tais como tijelas e painéis de barro, missangas, colares e outros adereços. Encontraram-se também armas de fogo, azagaias, objectos em ouro, ferro, cobre, bronze, etc. Os edifícios estavam ornamentados com esculturas de pedra e com pinturas e desenhos nas muralhas.

Encontraram-se também jóias feitas de ouro, marfim e algumas pedras preciosas. Mas o mais importante foi ter-se encontrado porcelana e objectos de vidro originários da China.

Esta cidade, Grande Zimbabwe, não era a única. Os estudantes das civilizações antigas conseguiram encontrar restos de 58 cidades de pedra, espalhadas por todo o império.

Estas ruínas e objectos que junto delas encontramos permitem-nos fazer uma ideia do nível de civilização.

As grandes casas de pedra provam que os habitantes do Mwanamutapa (Monomotapa) eram um povo sedentário, quer dizer, fixado e que tinha atingido uma grande técnica na construção e na escultura. Os objectos em metal mostram-nos que eles conheciam o uso dos metais mais diversos. Os objectos de origem estrangeira provam-nos que eles tinham contacto com os povos longínquos, tais como os chineses.

Portanto o estudo da arqueologia (estudo das civilizações antigas) revela-se como sendo uma das fontes principais para o estudo dos povos da antiguidade.

2 — Organização política e social do Império

O império de Monomotapa era, como dissemos, uma aliança de tribos Chona que se agruparam sob a autoridade de um chefe da tribo Rozwi. Este reinava como um grande senhor, tendo vários outros reis ou chefes de tribos debaixo da sua autoridade. Estes reis eram obrigados a pagarem imposto anual ao Monomotapa. Cada um deles vivia numa

cidade de pedra, Zimbabwe. Os reis vassallos tinham poder administrativo sobre os seus reinos, mas eram obrigados a prestar contas ao senhor máximo, ou seja o imperador Monomotapa. Os reis também tinham poderes de ordem política, religiosa e judicial, isto é, tinham poderes de cobrar impostos, julgar questões e manter ordem e disciplina nas em nome do Monomotapa. Estas eram as relações entre os reis tribais e o chefe máximo Monomotapa.

Vejam agora quais eram as relações que existiam entre os ricos e as massas. Sendo o povo do Monomotapa um povo de mineiros e trabalhadores de metais dum lado e agricultores do outro, é natural que estas divisões de trabalho tenham criado diferenças sociais. Enquanto que os artesãos (pessoas com arte) e mineiros faziam parte da estrutura social na vida do Império, os agricultores mantinham na sua vida social as tradições tribais. Quando se estudaram as ruínas do Zimbabwe, viu-se a existência de templos, de fortalezas e várias casas de habitação. Mas nos arredores da cidade encontraram-se palhotas tradicionais, o que nos leva a crer que existiam diferenças sociais nas camadas da população. Não havia igualdade.

Assim conseguiu-se estabelecer que haveria uma vida cidadã para os ricos e poderosos, onde vemos a existência do senhor máximo, dos militares que eram ao mesmo tempo funcionários do rei, dos artesãos que trabalhavam ouro, ferro e cobre nas forjas e fornos que pertenciam ao senhor máximo, dos comerciantes que faziam a troca dos produtos locais com os mercadores árabes e portugueses ambos vindos da costa, e finalmente uma camada da população que se dedicava à agricultura e à pastorícia, mas vivendo para além dos limites da cidade.

3 — A economia e o comércio

Os historiadores árabes da antiguidade que visitaram a costa da África Oriental e do Sul durante os primeiros mil anos da era cristã, falam-nos de um grande entreposto comercial, Sofala, onde os mercadores ára-

bes iam comerciar o ferro. Esse mesmo porto de mar, Sofala, serviu mais tarde, a partir do séc. XIV, aos reis de Monomotapa para exportar os seus produtos minerais, o ouro, o ferro e o cobre e também o marfim. Na verdade o porto de Sofala era a porta do Monomotapa para o exterior. Esta cidade de Sofala encontrava-se dentro do reino de Sofala, um dos vassallos de Monomotapa, embora dominassem lá os mercadores árabes e tivessem um sultão que no entanto pagava tributos de vassalagem ao Monomotapa.

A economia de Monomotapa baseava-se no comércio com o exterior. As várias minas de ouro e outros metais eram directamente controladas pelo Monomotapa ou pelos seus funcionários que ele enviava para as diversas regiões do Império. Todos os mercadores do Império que levavam ouro para comerciar na costa tinham que pagar pesados impostos sobre as mercadorias que traziam, que eram geralmente tecidos de algodão e outros pro-

ductos de luxo, tais como missangas, colares e outros adornos.

Por volta dos sécs. XVII e XVIII houve um comércio de escravos. No entanto foi um comércio que não atingiu as proporções da costa Ocidental de África. Estes escravos destinavam-se à Índia, enquanto que os escravos da costa Ocidental eram enviados para o Brasil e o resto do continente americano.

A civilização do Monomotapa durou a partir do ano 1000 até 1830, altura em que os Zulus nas suas migrações para o norte destruíram os restos que ainda existiam do Império. A decadência deste Império começou a manifestar-se depois da chegada dos portugueses. Estes tinham a intenção de conquistar e dominar enquanto que os árabes se limitavam a comerciar.

Antes de entrarmos no estudo mais detalhado da história da civilização do Monomo-

tapa, é necessário retermos o facto de que era uma civilização da era dos metais com uma organização feudal. Feudalismo era um sistema político, económico, social e militar que existiu não só no Império de Monomotapa mas também em muitas partes da Europa. O rei era o chefe supremo de tudo quanto havia no reino: a terra, as plantas, os rios, os lagos, as árvores e o próprio povo. Os agricultores, os mineiros, e os trabalhadores de ferro todos trabalhavam para o rei. Ele era proprietário de tudo. Então chama-se feudalismo a um sistema em que todos trabalham para servir um único chefe e proprietário de tudo. O Império de Monomotapa era um estado feudal.

Monomotapa quer dizer o Senhor das Minas e este nome ficou como título do próprio rei. Monomotapa não era o nome de um certo rei mas sim o título de todos os reis que ocuparam o trono.

Guiné:

os antecedentes da luta

«A tradição de resistência marca de uma maneira decisiva a nossa luta de libertação nacional»

A Guiné e Cabo Verde estão entre as primeiras colónias estabelecidas em África pelos europeus. Pode dizer-se que a Guiné é a primeira de todas. Depois da Conferência de Berlim, onde se fez a partilha da África entre as potências da altura, deu-se conta do que se chamava a ocupação efectiva dos territórios africanos. Portugal estava já presente nos nossos países da Guiné e Cabo Verde. Aqui a sua presença manifestava-se através dos chamados «donatários», que tinham ocupado as ilhas e que tentavam explorá-las utilizando sobretudo gente vinda de Portugal ou da Guiné; e nesta última, através dos entrepostos comerciais da costa e das tentativas de penetração para o interior.

Após a Conferência de Berlim, Portugal decidiu-se a ocupar efectivamente a Guiné. Isto provocou imediatamente uma reacção por parte das populações. Primeiro as populações costeiras: os Manjacos, os Papeis, sobretudo na zona que constitui hoje a ilha de Bissau; os Balantas, um pouco mais no interior, os Fulas, os Mandingas e praticamente todas as populações do país resistiram à ocupação portuguesa, no decurso daquilo a que os portugueses chamaram mais tarde as «guerras de pacificação», que duraram perto de meio século, durante o qual, segundo Teixeira Mota, não se passou, por assim dizer, um só dia em que não houvesse um afrontamento entre as nossas gentes e os portugueses.

Conhecemos todas as manobras de divisão realizadas pelos portugueses para poderem dominar, uma a uma, as

diferentes tribus. Aproveitaram-se de todas as contradições entre as diversas etnias, entregando-se mesmo a actos que poderíamos considerar ilógicos e conseguiram sempre encontrar um ou outro africano, entre aqueles que eram influentes, para servir a sua causa.

Mas a verdade ficou gravada não somente na história, mas também no espírito do nosso povo. Esta grande capacidade de resistência fez com que o colonialismo português só pudesse terminar oficialmente essas famosas guerras de pacificação em 1917, embora na realidade elas só acabassem em 1936, quando ele conseguiu enganar os últimos resistentes bijagós, os quais no entanto não depuseram as armas; de facto, foram traídos e entregues por elementos da sua gente.

Esta tradição de resistência marca de uma maneira decisiva a nossa luta de libertação nacional. A partir dos anos 30, Portugal — onde o fascismo tinha sido instaurado — começou a implantar com mais facilidade a sua administração na Guiné. O facto da política portuguesa ter sido marcada por uma ditadura fascista num momento em que o nosso povo começou a ser verdadeiramente administrado por Portugal, caracteriza de modo flagrante a situação política do nosso país antes da luta de libertação nacional (...).

AMILCAR CABRAL □

França: as razões de uma derrota

Já na última semana da campanha para a segunda volta eleitoral, Giscard d'Estaing aparecia como favorito: no breve espaço de um mês, assistira-se a um dos mais espectaculares — e dos mais poderosamente significativos — volte-faces verificados recentemente numa eleição presidencial. Trinta dias atrás, enquanto a candidatura de Mitterrand aparecia solidamente apoiada na estratégia unitária da esquerda reformista, a direita oferecia o espectáculo, ora dramático, ora pitoresco, das suas divisões internas. Todas as tentativas, todas operações de bastidores intensamente desenvolvidas para apresentar um candidato único da chamada «maioria» haviam falhado: Mitterrand parecia então lançado, irresistivelmente, para a vitória. E Giscard d'Estaing, representante típico do «grande capital», com uma base social de apoio restrita (média, alta burguesia, quadros superiores) não parecia efectivamente o homem mais apto para barrar o caminho ao candidato da «esquerda unida». Foi justamente isso que Chaban-Delmas procurou a todo o custo fazer crer, apresentando a sua candidatura como a única hipótese de impedir o triunfo de Mitterrand.

No entanto, os acontecimentos viriam a pôr em xeque o esquema das previsões. Embora reunindo a maior percentagem de votos jamais conseguida por um candidato da esquerda às eleições presidenciais em França, Mitterrand perdeu a partida. A reacção do conservadorismo foi suficientemente poderosa para triunfar sobre as profundas divisões com que a direita se apresentara no início da campanha. Eis a grande lição a extrair das eleições. Resta procurar explicá-la.

O medo da mudança

Para já, as múltiplas e insistentes tentativas de Mitterrand para apaziguar os receios de «mudança» por parte do eleitorado «indeciso», revelaram-se infrutíferas — pelo menos para assegurar-lhe a margem mínima de votos necessária à vitória. O oportunismo eleitoralista, com o seu jogo de compromissos equívocos, levaram o candidato da «esquerda unida» a uma reacção de defesa, quando Giscard d'Estaing passou ao contra-ataque na segunda volta da campanha, explorando a fundo o sentimento conservador profundamente radicado em largos extractos da sociedade francesa. De certo modo, a preo-



ocupação de Mitterrand em manter a confiança do eleitorado fiel, ao mesmo tempo que procurava seduzir as camadas da pequena e média burguesia assustadas com o fantasma da «colectivização» — leia-se: do «comunismo» —, não poderia deixar de minar a consistência mínima do seu programa político, tornando-o vulnerável às acusações que Giscard argumentamente lhe lançava. O sentimento de segurança que Mitterrand tentava inspirar com os seus apelos — necessariamente contraditórios — à simpatia de gregos e troianos, favorecia, por outro lado, a insegurança.

Entre o «desconhecido» e o «conhecido»

Entre as «incertezas» de Mitterrand e as «certezas» de Giscard, entre a instabilidade do «desconhecido», e a estabilidade do «conhecido», aquela parte «flutuante» do eleitorado, que decidiu, ao fim e ao cabo, o desfecho da eleição, inclinou-se pelo segundo termo da alternativa como o «menor dos males». O que não constitui uma novidade — e muito menos em França.

Mas muito menos em França, porquê? Porque além de reunir já as características essenciais de uma sociedade de consumo — com todas as alienações típicas de uma civilização em que as tensões e conflitos sociais, embora cada vez mais intensos, são ainda largamente contidos e «recuperados» pelos mitos burgueses do «bem estar», da «segurança», do «conforto» —, a França é um país profundamente marcado pelo peso sociológico da pequena-burguesia, com o seu apego tradicional aos privilégios de classe — o da «propriedade», da «liberdade de comércio», por exemplo — de que ainda usufrui relativa-

mente, apego esse tanto maior quanto é certo que constitui uma resistência desaperada à proletarização (1). Ora, se a ideologia da esquerda reformista é objectivamente pequeno-burguesa (e pequeno-burguesa, era, sem dúvida, o programa político de Mitterrand), a pequena-burguesia encontra-se subjectivamente dominada, em grande parte, pelo espectro da proletarização que qualquer projecto de transformação social — ainda que pequeno-burguesa — sugere aos seus olhos receosos. A transformação de partidos que foram revolucionários em partidos reformistas — como é o caso da quase totalidade dos P.C. europeus — não se tornou ainda clara para extractos consideráveis das camadas pequeno-burguesas. Daí a utilização proveitosa que a direita faz do medo do «comunismo» em relação a partidos que de «comunistas» apenas mantêm o nome.

Uma hábil manipulação

A última campanha eleitoral em França foi, nesse campo, rica de peripécias. E Giscard d'Estaing — representante do grande-capital, olhado com a mais viva hostilidade pelos pequenos-comerciantes — logrou, através de uma hábil manipulação, chamar a si os votos de sectores sociais em que, em princípio, não deveria contar qualquer apoio.

Simultaneamente, a conjugação dos factores aleatórios (emocionais e psicológicos) que tanto pesam no sistema eleitoral das democracias burguesas — a «imagem» dos candidatos, a forma como vendem o «produto», os golpes «publicitários», etc. — foram, durante a última fase da campanha eleitoral, particularmente desfavoráveis a Mitterrand, nomeadamente no debate televisado com Giscard d'Estaing que, tal como num combate de boxe, o candidato da direita teria ganho «aos pontos». O desfecho final da eleição fez-se, assim, à volta dos votos dos «indecisos» do eleitorado «flutuante» sem convicções políticas assentes. Ora, a «indecisão» é um estado de vulnerabilidade total a esses acidentes emocionais e psicológicos. A suposta legitimidade democrática de uma eleição numa sociedade burguesa encontra aí o seu mais fiel espelho.

Antecipação do futuro

Entretanto, que consequências se poderão prever da eleição de Giscard d'Estaing?

Alguns elementos mais lúcidos e avançados do patronato francês justificavam indirectamente o seu apoio a Mitterrand com o argumento de que o candidato da «esquerda unida» oferecia maiores garantias de «estabilidade social» do que o representante da direita. Por outras palavras: o reformismo do programa de Mitterrand — com o apoio do P.C. e das centrais sindicais, em particular da C.G.T. — não só não punha em causa a sobrevivência do sistema capitalista, como poderia vir a ser a sua última alternativa em caso de tensão revolucionária. Conter e enquadrar o movimento reivindicativo dentro de limites «suportáveis» para o sistema — eis o que uma política de direita não está à altura de poder fazer: a constatação do patronato modernista favorável a Mitterrand é uma inteligente antecipação do futuro.

Mas a vitória de Mitterrand teria sido desejável por «outras razões» — e agora, do ponto de vista do proletariado. Enquanto a eleição de Giscard irá permitir provavelmente que, durante ainda largo tempo, a esquerda reformista mantenha a sua tutela sobre o comando das lutas operárias, com Mitterrand na presidência as condições entre a estratégia da esquerda reformista e os interesses de classe do proletariado sofreriam um processo de clarificação, com todas as suas consequências numa perspectiva de transformação revolucionária da sociedade.

VICENTE JORGE SILVA □

(1) Daí a extraordinária vulnerabilidade que a pequena-burguesia oferece, em períodos de grande crise, aos cantos de sereia da extrema-direita (o recente caso Royer em França constitui, a esse respeito, uma indicação exemplar).



O jogo do poder

(CONCLUSÃO DA PÁG. 5)

reivindicações que só o grande-capital estaria em condições de suportar. Adianta-se mesmo que o movimento reivindicativo seria estimulado pelo capital monopolista, visando a liquidação dos sectores menos avançados do capitalismo, para depois absorvê-los na sua órbita concentracionista. Daí a acusação de Octávio Pato contra as acções que poriam em perigo a sobrevivência das pequenas e médias empresas. Para o dirigente do P.C. acções como essas «objectivamente servem a reacção», devido a «toda uma orquestração que visa na verdade criar o caos económico» para facilitar «a acção dos contra-revolucionários».

O exemplo chileno

Mas será tudo assim tão simples e linear? A aliança entre o imperialismo e o fascismo — entre as várias ITT(s) e o regime de Caetano — justificará que se ponha a questão nos termos em que é colocada pelos responsáveis do P.C.? O exemplar caso chileno mostrou bem que a verdadeira resistência à reacção fascista não podia ser construída à volta dos compromissos cada vez mais frágeis e vulneráveis em que se enredou irremediavelmente a política de Allende. Com efeito, o caos económico não foi criado, no Chile, pela acção reivindicativa dos trabalhadores afectando as pequenas e médias empresas, mas pela aliança que, na hora da verdade, se estabeleceu entre as várias camadas da burguesia para bloquear a todo o custo o avanço de um processo e as suas possíveis consequências: a implantação de um poder popular. A greve dos camionistas, em que culminou a ofensiva contra o regime de Allende, não foi um movimento da grande-burguesia, dos monopólios, mas um movimento de extractos da pequena e média burguesia agarrando-se desesperadamente à defesa dos seus privilégios. Ora, o desenvolvimento do processo da luta de classes aponta sempre ao mesmo sentido: no Chile — ou em Portugal.

Razões tácticas — ou razões de classe?

Mas os receios dos dirigentes do P.C. português não se explicam apenas por razões tácticas mal fundadas. Explicam-se, sim, pelos interesses de classe que aquele partido, outrora revolucionário, hoje defende. A «linha» da C.D.E. durante as «eleições» de Outubro passado em Portugal era, a esse respeito, profundamente reveladora. Será, pois, oportuno lembrar o que L. H. Afonso Manta escrevia aqui, num comentário pertinente à teoria anti-monopolista exposta nesse documento: «O que se entende por anti-monopolismo? Por definição: oposição à concentração monopolista. Tanto é anti-monopolista o comerciante da esquina que protesta contra os monopólios que ameaçam a sua exis-

tência como comerciante, como é anti-monopolista o industrial médio condenado a cair, mais tarde ou mais cedo, na órbita dos monopólios. As camadas intermediárias são, no geral, de uma forma ou doutra, visceralmente anti-monopolistas. Mas os trabalhadores que sentem os efeitos da concentração monopolista — alargamento do exército de mão-de-obra de reserva (portanto, ameaça de queda do salário nominal) e subida do custo de vida (portanto, queda imediata do salário real) — são também anti-monopolistas. Entes estas variantes de antimonopolismo poderá haver episodicamente coincidências, mas não há identidades». Por outro lado, o «monopólio é uma fatalidade do desenvolvimento capitalista e não uma aberração diabólica. O pequeno comerciante da esquina pode sonhar que o monopólio se desfaça em dezenas de pequenas empresas, com as quais poderá competir quase de igual para igual — e ao deixar-se no vago esta questão, não se pretende animar o sonho desse pequeno comerciante? Os trabalhadores sabem, no entanto, que nada beneficiariam com a troca do monopolismo pela concorrência (ou beneficiariam muito pouco), como sabem que o pequeno comerciante tem ainda outro sonho: o de tornar-se, um dia, também ele, um monopolista. Deste modo, a CDE exprime os anseios do pequeno comerciante, mas não os dos produtores».

E as alternativas?

Mas, tal como se anuncia agora em Portugal, a palavra de ordem é: expansão económica, produtividade. Ora, a dinâmica do capitalismo aponta ou não no sentido de uma concentração crescente das empresas? É ou não é isso que se verifica na Europa capitalista desenvolvida? Dir-se-á, porém, que é uma política de compromisso, a política «possível» e transitória, a política de um governo provisório. Mas uma vez que o crescimento económico não tem um modelo «neuro», o objectivo pretendido é o reforço do processo de desenvolvimento capitalista.

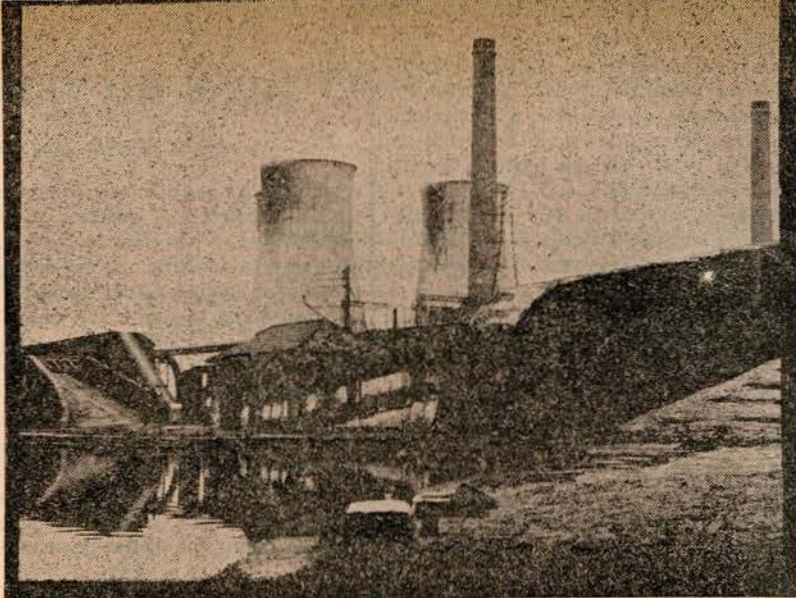
Perante estas questões, não haverá alternativas no momento actual? Há-as mas num terreno que não pode ser o dos compromissos equívocos e da ambiguidade. (1) Tudo depende das opções que se fazem — e do terreno em que se combate. Para além dos simples jogos do poder — e das suas armadilhas. A unidade da classe operária, de que falam impropriamente os dirigentes do P.C., não pode ser construída à volta de objectivos com que aquela classe não se encontra verdadeiramente identificada. Mas só essa unidade, essa identificação podem constituir a única barreira indestrutível erguida contra a reacção fascista. As meias-revoluções cavam a sua própria sepultura — lembrava-o há dias em Lisboa, Ernest Mendel.

MIGUEL REIS □

(1) Que parece tocar também certa esquerda socialista.

O trabalho alienado (2)

por André Gorz



Os empregos supostamente qualificados a que conduzem as escolas técnicas e profissionais superiores já não conferem privilégios financeiros, sociais ou profissionais: a maioria dos licenciados estão destinados a tornar-se trabalhadores subalternos em indústrias avançadas ou em «serviços» (estes mesmos já industrializados) e a efectuar aí o trabalho alienado e frustrante da sociedade «pós-industrial».

Para ilustrar o papel do técnico na desqualificação dos operários manuais e na separação arbitrária entre trabalho manual, reduzido a pura execução, e trabalho técnico de vigilância e enquadramento, eis um extracto de uma conversa que tive com um jovem técnico subalterno (que se dizia, aliás, «maoísta») de uma fábrica de máquinas-instrumentos. Seguirá durante 3 anos cursos de formação profissional e sentia-se mais que orgulhoso de poder utilizar o seu saber. Ganhava o dobro dos operários (P-1 ou OS-3) cujo trabalho preparava e vigiava. A minha pergunta sobre que conhecimentos possuía ele que os operários não tinham, respondeu:

- Fiz cálculo diferencial e mecânica e sou muito bom em desenho industrial.
- Serve-te alguma vez de cálculo diferencial no trabalho?
- Não. Mas estou contente de o ter feito. Forma o espírito.
- E o desenho industrial, serve-te de muito?
- Com certeza; não se pode sair bem com uma peça, sem saber ler um esquema. E o b-a-ba.
- E os operários, seriam capazes de acabar por saber tanto como tu sem terem passado pela tua escola?
- Há uns veteranos lá na fábrica que sabem realmente muito. Mas, claro, é preciso tempo.
- Quanto tempo?
- Oh, pelo menos cinco a seis anos.

Um sentimento de superioridade

Este técnico passara três anos a tirar um curso. Era sobretudo o conhecimento do cálculo diferencial que lhe dava um sentimento de superioridade; esta «formação do espírito» era o fundamento dos seus privilégios e da sua autoridade hierárquica. Mas a verdade é que esse cálculo diferencial não lhe servia de nada no trabalho. O cálculo diferencial era o símbolo cultural que o colocava acima dos operários: de todos os seus conhecimentos, era certamente o único que os operários não poderiam adquirir através da sua prática quotidiana. Como ele próprio confessou, o seu saber útil podia ser adquirido por qualquer operário, sem formação escolar, em cinco ou seis anos de expe-

riência. A superioridade hierárquica vinha-lhe do saber inútil. Tinham-lhe ensinado cálculo diferencial, não para o fazer mais eficiente no seu trabalho, mas para o tornarem superior aos operários. E a estes não lhes tinham ensinado o cálculo diferencial, não por serem mais estúpidos, mas porque estavam destinados a tornar-se «culturalmente» e portanto hierarquicamente inferiores.

Operários mistificados e privilégios hierárquicos

Objectivamente, claro, estes quadros técnicos subalternos fazem parte da classe operária. São operários mistificados, cuja mistificação é alimentada por privilégios hierárquicos. E é próprio de qualquer mistificação ser apercebida como tal e destruída por uma tomada de consciência. Foi o que se viu durante Maio 1968 em França, e durante o Outono Quente em Itália em 1969. Todavia, não se pode dizer que os trabalhadores técnicos sejam destinados a um papel de vanguarda: muito pelo contrário — a natureza das suas funções não os leva nem os prepara para o confronto de classe. O seu comportamento em períodos de afrontamento depende principalmente da sua educação político-ideológica. E tal educação não se adquire nos cursos de formação, mas na luta e sob a pressão dos operários mais radicalizados, os técnicos podem ser levados a descobrir que têm mais a ganhar que a perder com a abolição da divisão hierárquica do trabalho. Segundo Edoarda Masí, os técnicos só poderão encontrar-se em posições de classe e a militar para uma revolução proletária se começarem por se contestar a si mesmos, e ao fazê-lo, revelar a todos (e muito especialmente aos operários) a dimensão político-ideológica das suas funções na aparência puramente técnicas. E isto significa:

- 1 — Procurar distinguir, no seu trabalho, entre os conhecimentos técnicos particulares e o seu papel na conservação de uma divisão hierárquica do trabalho;
- 2 — Procurar «socializar» a sua competência técnica, o que quer dizer: analisar as modalidades e as condições do seu exercício colectivo para que essa competência deixe de ser o privilégio profissional detido por alguns em detrimento de todos os outros. Isto pressupõe igualmente a luta contra a linguagem inutilmente esotérica dos especialistas; uma nova definição do leque de qualificações; uma transformação radical do processo de formação (sistema escolar) e da divisão de trabalho;
- 3 — Recusar todos os privilégios sociais e o poder hierárquico que, na divisão do trabalho em sistema capitalista, deriva do exercício profissional de funções técnicas e intelectuais.

Especialização, profissionalismo, privilégio

Por outras paavras, há que estabelecer uma demarcação tão nitida quanto possível entre especialização, profissionalismo e

privilégio. Enquanto de momento não será possível abolir a especialização, já o profissionalismo e o privilégio o poderão ser (tal foi uma das inovações da revolução cultural chinesa). Nenhuma necessidade técnica exige a profissionalização de certas competências e funções exercidas, por exemplo, pelos engenheiros ou professores; nenhum imperativo técnico exige que privilégios de estatuto, de poder e de dinheiro se encontrem anexos a certas qualificações. A existência de tais privilégios não pode mesmo ser explicada pela raridade das qualificações técnicas ou intelectuais ou da capacidade para as adquirir, pois o que existe é uma super-abundância potencial de qualificações intelectuais. O que pretende hoje o ensino é dar a uma pequena minoria o sentimento de que constitui uma elite, servindo assim para produzir esta estratificação hierárquica das forças de trabalho exigida pela divisão capitalista do trabalho. Tal resultado é atingido através de métodos de ensino conceptual e abstracto que tornam as qualificações intelectuais mais que difíceis de adquirir por parte dos filhos de pais pouco instruídos, enquanto se transformam os sucessos escolares em títulos que dão o direito a posições sociais privilegiadas. O sistema escolar tornou-se assim um instrumento-chave da hierarquização social: fingindo registar as diferenças de aptidão e de qualificação, quando tais diferenças é ele próprio que as produz.

Da separação à reunificação

Os privilégios hierárquicos e sociais que acabámos de mencionar não parecem porém aplicar-se, à primeira vista, à camada crescente de trabalhadores técnicos e científicos que, nos centros de investigação, nas empresas de engenharia e nas indústrias ditas de ponta, se encontram eles mesmos sujeitos à divisão capitalista do trabalho. No decurso dos últimos anos, desenhadores, calculadores, técnicos e engenheiros de investigação, e outros, têm conduzido greves, frequentemente originais, dentro das indústrias científicas, das empresas de «matéria cinzenta», dos grandes laboratórios etc. Tal revolta é a mais das vezes motivada pela frustração e humilhação que sentem quando se vêm sujeitos ao mesmo regime de «job evaluation», de controlo hierárquico e de parcelização de tarefas que os operários manuais.

Quando já não exercem funções de enquadramento, mas se tornam eles próprios produtores de mercadorias imateriais — planos e projectos, sistemas, processos, etc. — ou vigilantes de processos auto-reguladores, os trabalhadores intelectuais parecem encontrar-se por sua vez proletarizados e alienados pela divisão parcelar do seu trabalho.

É preciso fazer atenção, porém, e não interpretar de repente tal revolta como sinal de uma tomada de consciência proletária. Tal interpretação seria apenas justificada se estes trabalhadores técnicos e científicos em revolta se unissem (ou tentassem unir-se) aos trabalhadores manuais e com eles lutassem, numa base de classe, por objectivos comuns. O mais frequente, todavia é vê-los insurgir-se, não enquanto proletários, mas precisamente contra o facto de serem tratados como proletários: contra a divisão hierárquica, contra a parcelização e a estupidéz do seu trabalho; contra a perda de todos ou certos privilégios sociais.

Haverá quem afirme que nada é mais normal, e que é próprio a qualquer proletário consciente o recusar a condição proletária. Sem dúvida. Mas tudo está na maneira e na perspectiva dessa recusa. O que é próprio ao «proletário consciente» é não poder conceber a sua própria libertação senão através da libertação do proletariado no seu conjunto, através da revolucionarização do conjunto das relações sociais.

«Elevar-se socialmente»

Ora, normalmente o estudante técnico escolheu este tipo específico de formação e de emprego por duas razões:

— A sua origem social não lhe dá quaisquer possibilidades de se tornar noutra coisa que um assalariado, e não tem nem

tempo nem dinheiro para correr o risco de não encontrar um emprego imediatamente após o fim dos estudos;

— Procuram «elevar-se socialmente» através de um emprego assalariado que os colocará «por cima» dos operários ou empregados, sem terem porém o acesso aos postos de direcção reservados à oligarquia.

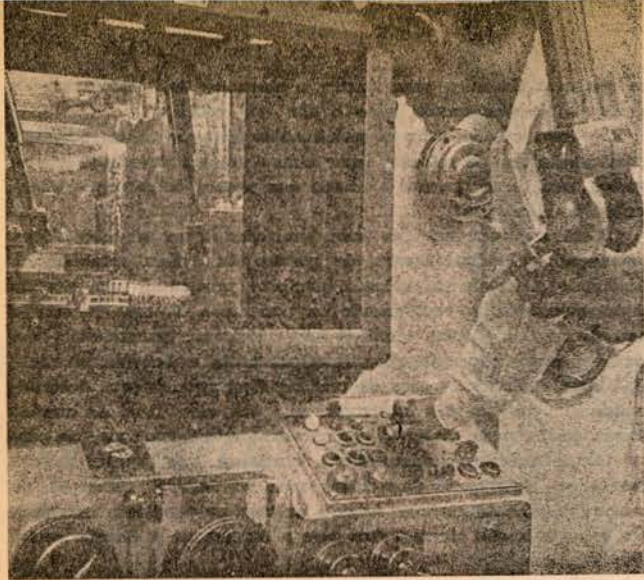
Está na natureza das suas ambições levar a cabo a sua promoção individual dentro do quadro da ordem estabelecida, aceitando a escala de valores que esta preconiza, não visando demasiado alto, e respeitando os poderosos. E esse mesmo espírito que as escolas técnicas lhes inculcam; transmitindo-lhes conhecimentos especializados, imediatamente aplicáveis, ensinando-lhes a definir os meios de realizar fins previamente determinados sem que possam interrogar-se sobre esses fins. As escolas fornecem-lhe uma «cultura» tipicamente subalterna que, ao contrário da «cultura» universitária burguesa, não se refere aos fins e ao significado das coisas mas somente à aplicação de meios dados. Este divórcio entre a cultura universitária burguesa e a especialização técnica visa pois a reproduzir a divisão social do trabalho.

Uma minoria cuidadosamente seleccionada

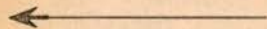
As escolas técnicas e de engenheiros servem deste modo a produzir um tipo específico de indivíduos «integrados». Ouvendo as coisas pelo outro lado, os que aceitam sujeitar-se até ao fim à disciplina repressiva e aos programas deliberadamente rebarbativos das escolas técnicas, são precisamente o tipo de indivíduos que a indústria capitalista reclama. Trata-se de uma minoria cuidadosamente seleccionada entre a massa, muitas das vezes jovens trabalhadores que sonham com adquirir uma formação polivalente que os salve da brutalidade e do aborrecimento do trabalho repetitivo. E poderiam até adquirir essa formação polivalente, prático-teórica, se os programas de formação e os métodos pedagógicos fossem atraentes. Mas a verdade é que programas e métodos foram concebidos de maneira a desencorajar, a rejeitar e a eliminar entre metade e três quartos dos alunos (que já em si não representam mais que uma pequeníssima fracção dos candidatos virtuais).

O rigor da selecção e a importância do «desperdício» que estas escolas produzem tem uma função social evidente: enquanto existir uma forte proporção de empregos manuais e não qualificados para preencher, as escolas têm de produzir uma proporção suficiente de «reprovados» que não terão outra escolha senão aceitar tais empregos. A produção do «desperdício escolar» é tão importante, para a reprodução das relações sociais hierárquicas, como a produção de licenciados: uma proporção determinada de adolescentes deve ser persuadida pelo processo aparentemente objectivo da selecção que só servem para trabalhos não qualificados. Há que convencê-los que o falhanço escolar não é o falhanço da própria escola em educá-los, mas sim a consequência da sua própria inferioridade individual e social: «não são dotados para aprender». Inversamente, os que acumulam êxitos na escola devem ficar convencidos de que tais boas exhibições são devidas aos seus «dotes», à sua aplicação e à sua ambição e que merecem portanto «elevar-se socialmente». Trata-se, pois, de uma campanha metódica para dividir a classe operária em camadas bem distintas e, se possível, separadas e para convencer a camada tecnicamente mais qualificada que tem mais interesses comuns com as camadas médias do que com o proletariado.

Esta tentativa para colocar os trabalhadores técnicos do lado das camadas médias não é só o espólio de uma época em que tais camadas realizavam funções de enquadramento e não — como hoje — igualmente funções subalternas e imediatamente produtivas. Tal tentativa responde também à necessidade que tem o capital de confiar a vigilância de instalações automáticas a indivíduos ideologicamente seguros, que não tentarão tirar partido político do seu poder técnico ou mesmo a transformá-lo numa arma nas mãos da classe operária. Os que controlam os processos auto-reguladores nos sectores-chave da produção devem encontrar-se integrados de uma maneira ou de outra nas



Enquanto existir uma forte proporção de empregos manuais e não qualificados para preencher, as escolas têm de produzir uma proporção suficiente de «reprovados» que não terão outra escolha senão aceitar tais empregos.



camadas privilegiadas do sistema e incapazes de ver a sua real filiação de classe.

A eficácia desta estratégia de integração depende, todavia, da realidade dos privilégios que o sistema é capaz de outorgar. Não encontra dificuldades insuperáveis neste domínio, enquanto os trabalhadores técnico-científicos representam uma pequena minoria. Porém, quando a relação numérica entre empregos tecnicamente qualificados e não qualificados tende a inverter-se, as contradições tornam-se explosivas. Tal é, virtualmente, a situação presente nos Estados Unidos, e numa escala provisoriamente menor na Europa ocidental.

A «terceira revolução industrial»

Do ponto de vista tecnológico, as economias capitalistas avançadas encontram-se num período de transição (a «terceira revolução industrial») da produção mecanizada para a produção automatizada. As escolas secundárias têm de continuar a produzir um desperdício considerável de modo a fornecer à indústria (e aos «serviços») uma mão de obra desqualificada. Mas vai-se tornando claro que a proporção de empregos desqualificados está a diminuir rapidamente e que a formação pós-secundária se transforma hoje em condição de obtenção de um emprego, por mais estreitamente especializado e estupidificante que seja. Assim se põe a nu o arbitrário do sistema de selecção escolar: este sistema proíbe a uma dada proporção de adolescentes de continuarem a sua formação — cerca de 2/3 na Europa ocidental, 1/3 nos Estados Unidos — não porque seria impossível educá-los, mas por não ser considerado desejável: é que se tornariam «inadequados» para empregos mais subalternos.

Libertação das capacidades criadoras

Mas, por outro lado, à medida que a formação pós-secundária se difunde, o laço entre tal tipo de formação e os privilégios que conferia no passado já não pode ser mantido. Segundo recentes estatísticas americanas, o rendimento que podem esperar durante toda a sua vida activa os jovens que frequentem entre 1 a 3 anos a Universidade ultrapassa apenas em 6% o rendimento que podem esperar aqueles jovens que não vão além do ensino secundário obrigatório. E daí a seguinte contradição: o ensino pós-secundário continua selectivo, competitivo, impondo

o género de conformismo que é de exigir a adolescentes que pretendem «elevar-se» e «vencer» socialmente; porém, os empregos supostamente qualificados a que conduzem as escolas técnicas e profissionais superiores já não conferem privilégios financeiros, sociais ou profissionais: a maioria dos licenciados estão destinados a tornar-se trabalhadores subalternos em indústrias avançadas ou em «serviços» (estes mesmos já industrializados) e a efectuar aí o trabalho alienado e frustrante da sociedade «pós-industrial».

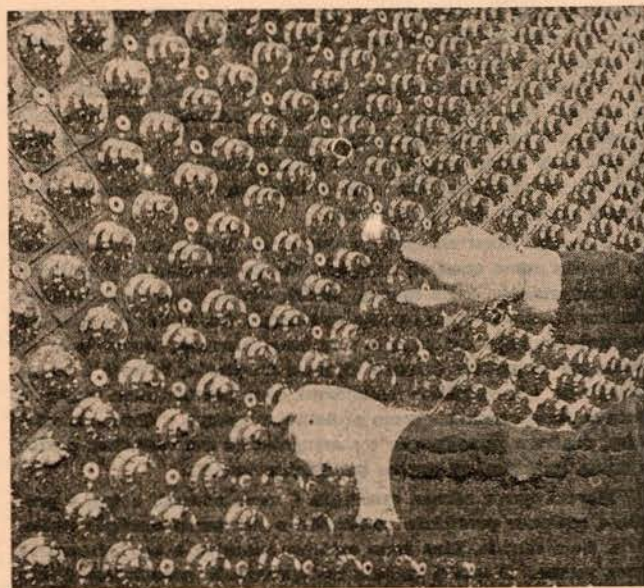
Assim surgem as bases objectivas para uma unificação política e ideológica dos trabalhadores técnicos e manuais com vista à ofensiva comum contra a divisão capitalista do trabalho e as relações de produção capitalistas. Mas a possibilidade objectiva desta unificação está ainda por explicitar através da definição dos objectivos e do terreno de luta. Os objectivos terão de ser obrigatoriamente os de uma «revolução cultural»: liquidação da distinção, da hierarquia e da separação entre trabalho intelectual e manual, concepção e execução; libertação das capacidades criadoras de todos os trabalhadores. O terreno é, necessariamente, o da fábrica — onde o trabalhador é oprimido e intelectualmente mutilado, e ao mesmo tempo o da escola — que modela o «material humano» segundo as encomendas da fábrica.

O ataque contra a hierarquia na fábrica deve prolongar-se num ataque contra o sistema escolar que representa a semente, pondo assim em crise a capacidade do sistema capitalista para reproduzir as suas relações sociais e a sua divisão hierárquica do trabalho. Por outro lado, o ataque contra a escola repressiva e selectiva não poderá ter uma eficácia total se não for prolongado por um ataque contra a hierarquia e o sistema de classificação dentro da fábrica. Ensino e produção, formação e trabalho, foram separados porque a teoria e o conhecimento se encontravam separados da prática, porque o operário se encontrava separado dos meios de produção, da cultura e da sociedade civil. Por esta razão, na nova sociedade colectivista a reunificação da educação e da produção, do trabalho e da cultura, é uma exigência essencial.

ANDRÉ GORZ □

(«TEMPS MODERNES» 301-302

— excertos traduzidos e montados por Alberto Melo)



Nenhuma necessidade técnica exige a profissionalização de certas competências e funções exercidas, por exemplo, pelos engenheiros ou professores: nenhum imperativo técnico exige que privilégios de estatuto, de poder e de dinheiro se encontrem anexos a certas qualificações.